

## Quem disse ?

«Os solos onde se verifica maior pressão especulativa são os solos rurais à espera de se transformarem em mais um bairro, mais um subúrbio, ou mais um condomínio privado, como é moda»

**Helena Roseta**

Visão, 18 de Novembro

**ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA**

Nº1043 25 NOVEMBRO 1999 100\$ - 0,5 €

**ACÇÃO SOCIALISTA**

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## Presidência portuguesa em 2000

### Prioridade ao emprego na Europa

O primeiro-ministro recebeu segunda-feira, no Palácio de São Bento, o presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, encontro que teve como principal objectivo estudar os principais temas em análise durante a presidência portuguesa da União Europeia, que decorrerá no primeiro semestre do próximo ano.

No final da reunião com o presidente da Comissão Europeia, António Guterres afirmou que Portugal terá como primeira prioridade proporcionar um impulso aos Quinze no sentido de promover as políticas de emprego. Na resposta, Romano Prodi aceitou essa prioridade portuguesa e adiantou que o primeiro semestre do ano 2000 será de «vital importância para o futuro da Europa».

Para o efeito, Portugal irá realizar em Lisboa, nos dias 23 e 24 de Março, uma cimeira extraordinária dedicada à questão do emprego.

Ao longo da presidência portuguesa da União Europeia, também se iniciará o debate da reforma institucional, através do lançamento de uma nova conferência intergovernamental. Na próxima cimeira de Helsínquia, em Dezembro próximo, Portugal fará questão de sublinhar que nenhum dos candidatos à adesão à União Europeia ficará de fora das negociações, havendo ainda a garantia de ser dado um novo impulso aos «dossiers» comunitários mais atrasados.

Por desentendimentos entre os países africanos, está em risco a realização da cimeira União Europeia/África. A cimeira Europa/África está prevista para Abril próximo, no Cairo, mas as dificuldades com a sua realização estão relacionadas com divergências de Marrocos devido à presença de representantes da Frente Polisário. «É a África quem mais tem a perder com a não realização de uma cimeira como essa, na medida em que hoje um dos grandes problemas do mundo é o progressivo isolamento deste continente das relações económicas internacionais», advertiu o primeiro-ministro.

## PORTUGAL NA PRIMEIRA LINHA DAS CIMEIRAS GUTERRES ENTRE «GRANDES» DO MUNDO



O primeiro-ministro português esteve esta semana na primeira linha dos grandes debates mundiais. Depois de participar em Istambul na cimeira da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), entidade à qual Portugal é candidato à presidência, esteve presente em Florença, sábado e domingo, na conferência sobre «Reformismo no século XXI». Na reunião da cidade italiana, António Guterres - em conjunto com Bill Clinton, Fernando Henrique Cardoso, Tony Blair, Lionel Jospin, Gerard Schroeder, Massimo D'Alema, Romano Prodi e Javier Solana, entre outros nomes de relevo -, debruçou-se sobre as mudanças a introduzir pela esquerda mundial nos próximos anos, perante fenómenos como a mundialização e o agravamento das desigualdades no planeta. Em Portugal, Durão Barroso criticou a presença do chefe do Governo português no estrangeiro. António Guterres respondeu-lhe que não tem uma visão provinciana da política, que cada vez mais se faz à escala mundial.

### Política

#### Jorge Sampaio adverte na Assembleia da República **É impossível continuar a adiar a reforma do sistema político**



O Presidente da República apelou ao consenso entre os vários partidos para se proceder à reforma do sistema político. Na sua intervenção, durante a sessão solene da VIII legislatura, na sexta-feira, o chefe de Estado considerou não ser possível continuar a adiar as decisões no sentido de se combater o progressivo afastamento entre os eleitos e os eleitores. Caso contrário, agravar-se-á a crise do sistema representativo.

### Sociedade & País

#### Política de preservação do Ambiente **Agência Europeia aponta prioridades**



A Agência Europeia do Ambiente, que congrega associações de defesa do ambiente dos Quinze, entregou, no dia 19, ao responsável português pela tutela as questões que considera prioritárias em matéria ambiental para a presidência portuguesa da UE. No documento, o organismo europeu (EEB - European Environmental Bureau), que integra 129 associações dos países-membros da UE, destaca a influência do presidente da União Europeia nos assuntos a agendar para discussão, elegendo 13 prioridades para os seis meses de presidência portuguesa, com início em Janeiro próximo.



## Um Cidadão do Mundo

António Guterres tem vindo com a sua intervenção nos vários tabuleiros políticos internacionais a granjear um enorme prestígio. Prestígio este que, cada vez mais, se estende a Portugal e aos portugueses.

Com efeito, Portugal tem vindo a conquistar junto dos nossos parceiros europeus um papel preponderante na resolução de alguns dos muitos problemas e conflitos que têm surgido. Guterres é hoje muito mais que o primeiro-ministro de um dos mais pequenos países da Europa. O seu prestígio há muito que ultrapassou as fronteiras do nosso país e da Europa. Guterres é hoje um cidadão, reconhecido à escala mundial como um socialista moderno e humanista com um enorme sentido de Estado e de justiça social.

Defensor de importantes valores sociais, Guterres protagoniza uma visão cada vez mais humana da sociedade em que vivemos, capaz de defender os menos favorecidos, preocupado com o desemprego, com as políticas sociais, com a integração das minorias étnicas e com a formação e desenvolvimento cultural e científico dos jovens.

O primeiro-ministro, António Guterres, é hoje o símbolo de um Portugal moderno em pleno desenvolvimento social, económico e cultural. A sua participação e intervenção nos principais órgãos decisórios internacionais têm dado a Portugal uma enorme mais-valia capaz de gerar os consensos e entendimentos necessários à prossecução de objectivos tão importantes como a paz e o respeito entre povos, tanto na Europa, como no Mundo.

É neste sentido que Portugal tem visto a sua participação no xadrez mundial, mas sobretudo no europeu, cada vez mais reforçada. A recente eleição para Presidente da Internacional Socialista de António Guterres é disso apenas um mero exemplo.

As cimeiras internacionais que se desenrolaram nas últimas semanas, em Cuba, na Turquia e na Itália em que Portugal participou activamente, nomeadamente na Cimeira Ibero-Americana são outros exemplos.

É esta crescente intervenção e participação internacional que criaram as condições para que António Guterres apresentasse a candidatura portuguesa à presidência da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) em 2002 durante a cimeira que decorreu na passada semana na Turquia.

Mas, enquanto o primeiro-ministro e todo o Governo se empenham no desenvolvimento e na projecção de Portugal no Mundo, o líder do principal partido da oposição continua a ter uma visão meramente provinciana e merceária da função de Estado, ignorando que hoje em dia a política se faz à escala global e não em vão de escada.

Enquanto António Guterres se preocupa com o desenvolvimento e com a ampliação da participação portuguesa nos grandes centros de decisão, o líder do principal partido da oposição, Durão Barroso, preocupa-se apenas em assegurar a sua cada vez mais débil sobrevivência à frente do PSD.



## FASCISTAS APRESENTAM QUEIXA GROTESCA CONTRA DESCOLONIZADORES

«PS não precisa de muletas» era o principal título da primeira página do «Acção Socialista» de 26 de Novembro de 1981. O título tinha a ver com um comunicado da Comissão Política do PS, no qual esta estrutura dirigente desmontava uma campanha de acusações e pressões montada pelo PCP sobre a revisão da Constituição de 1976.

No comunicado, a Comissão Política manifestava-se ainda surpreendida pela notícia de que o Supremo Tribunal de Justiça tinha aceite uma queixa apresentada por um grupo de altos responsáveis do regime colonial-fascista contra alguns dos intervenientes no processo de descolonização.

A Comissão Política do PS considerava «grotesca» e «insólita» esta queixa apresentada por alguns saudosistas do antigo regime, uma espécie de brigada do reumático atacada de arteriosclerose e sedenta de vingança sobre os democratas.

Nas duas páginas dedicadas ao «traba-

lho e sindicalismo», uma notícia referia a criação pela UGT de um sindicato ferroviário de âmbito nacional. **J. C. C. B.**

26 de Novembro

Quem disse?

«O PS entende que os profissionais da Comunicação Social devem ser inteiramente livres e responsáveis por aquilo que produzem, sem ingerências de qualquer espécie»

Editorial do «Acção Socialista»



## Carrilho processa Barreto

O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, vai processar criminalmente António Barreto, que se demitiu com Artur Santos Silva da sociedade Porto 2001, por crime de difamação, pelo ataque que aquele lhe dirigiu em artigo assinado no «Público».

Em entrevista ao «Grande Juri TSF», transmitida no dia 20, Carrilho disse que António Barreto foi «longe de mais» ao comentar a sua responsabilidade na demissão do banqueiro Artur Santos Silva da presidência do «Porto Capital Europeia da Cultura».

«Agora serão os tribunais a decidir», referiu o ministro, acrescentando que continua «a ser acarinhado pelo Partido Socialista e a ter a confiança do primeiro-ministro,

António Guterres».

A queixa-crime por difamação refere-se a um artigo da autoria de Barreto em que este faz um ataque mais que violento, nomeadamente nos adjectivos utilizados, ao seu camarada de partido Manuel Maria Carrilho.

A queixa-crime por difamação foi entregue na passada segunda-feira no Departamento de Investigação Penal, acompanhada de uma vasta lista de testemunhas que inclui personalidades da vida cultural e científica como Siza Vieira, José Mattoso, José Saramago, Fraústo da Silva, Mário de Almeida, Pedro Burmester, entre outros, bem como vários autarcas do PSD e do PCP.

## Saúde

### Governo apoia investigação na área da tuberculose

O ministro da Ciência e Tecnologia anunciou terça-feira, no Instituto de Biologia Molecular e Celular (IBMC), no Porto, o lançamento de um programa de investigação na área da tuberculose que custará cerca de 500 mil contos.

O programa será desenvolvido, nos próximos três anos, pelo IBMC, em cooperação com o Ministério da Ciência e Tecnologia e da Saúde e da Fundação Calouste Gulbenkian.

«Trata-se de uma doença difícil de combater e em recrudescência na Europa», sublinhou Mariano Gago, no final de uma conferência sobre «Os grandes desafios da Biologia - sonhos e apreensões», proferida pelo professor Alexandre Quintanilha e destinada a alunos da área de ciências de escolas do Porto.

Para o governante, «a investigação na área da tuberculose é hoje uma actividade não só extremamente inteligente, mas um desafio científico».

O trabalho, prosseguiu, será desenvolvido em «ligação estreita com os clínicos».

«Cada vez mais a investigação biológica na saúde humana está ligada à investigação clínica. Há uma parte fundamental da investigação que tem de ser feita nos laboratórios, mas, em simultâneo, terá de existir aplicação clínica, porque se pretende que o combate a tuberculose seja eficaz», acrescentou.

A visita do ministro Mariano Gago ao Porto insere-se na Semana da Ciência e Tecnologia, cujo programa inclui conferências, visitas guiadas a laboratórios e empresas e acções em livrarias.

## Ensino Superior

### Lei-Quadro para «arrumar a casa»

A Lei-Quadro do Ensino Superior, que actualmente tem a «casa desarrumada», vai permitir definir com clareza a função e os objectivos de cada um dos participantes no sistema, afirmou, no dia 23, em Lisboa, o ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins.

A curto prazo, é preciso garantir que a «má moeda não expulse a boa moeda do sistema», adiantou o d'Oliveira Martins, que falava na sessão de abertura do Seminário Interno sobre a Avaliação do Ensino Superior do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAES).

Referindo-se a «sinais alarmantes» no Ensino Superior, o governante considerou urgente a revisão dos regimes de incompatibilidades e de acumulação de funções, defendendo que o aparecimento de novas universidades públicas só pode ser concretizado se houver objectivos «muito claros».

Em relação à função do CNAES, o ministro destacou a importância desta para «arrumar a casa» do Ensino Superior. A avaliação prospectiva do CNAES, baseada no «conhecimento concreto» e na transparência de cada instituição, é de «extrema importância» para se saber quais os objectivos e as dificuldades do sistema, sublinhou.

«Além do perfil, finalidade e futuro, a avaliação de cada instituição do sistema deve passar pelo desempenho», referiu, acrescentando que «as mudanças no sector da Educação são graduais e têm de ser acompanhadas permanentemente».

Além do Ensino Superior, o ministro reafirmou que também o ensino secundário é uma prioridade da política da Educação do Executivo socialista.

O ensino secundário tem de deixar de ser «híbrido» e passar a funcionar como «o verdadeiro regulador de todo o sistema», referiu.

ISTAMBUL E FLORENÇA

Portugal na primeira linha nas cimeiras

## ANTÓNIO GUTERRES ENTRE OS «GRANDES» DO MUNDO

O primeiro-ministro português esteve esta semana na primeira linha dos grandes debates mundiais. Depois de participar em Istambul na cimeira da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), entidade à qual Portugal é candidato à presidência, esteve presente em Florença, sábado e domingo, na conferência sobre «Reformismo no século XXI». Na reunião da cidade italiana, António Guterres - em conjunto com Bill Clinton, Fernando Henrique Cardoso, Tony Blair, Lionel Jospin, Gerard Schroeder, Massimo D'Alema, Romano Prodi e Javier Solana, entre outros nomes de relevo -, debruçou-se sobre as mudanças a introduzir pela esquerda mundial nos próximos anos, perante fenómenos como a mundialização e o agravamento das desigualdades no planeta. Em Portugal, Durão Barroso criticou a presença do chefe do Governo português no estrangeiro. António Guterres respondeu-lhe que não tem uma visão provinciana da política, que cada vez mais se faz à escala mundial.

**A**ntónio Guterres saiu satisfeito do debate de dois dias ocorrido em Florença e subordinado ao tema «O Reformismo no século XXI». Destinado a uma reflexão sobre como controlar os efeitos negativos da globalização e como deverá a esquerda do futuro conciliar valores como a igualdade e o desenvolvimento, o seminário demonstrou haver uma grande coincidência de princípios entre as forças progressistas da América e os partidos europeus da Internacional Socialista (IS), organização presidida por António Guterres. No final das discussões, António Guterres, Bill Clinton, Tony Blair, Lionel Jospin, Massimo D'Alema, Fernando Henrique Cardoso e Gerard Schroeder (que organizará a próxima conferência em Março do ano 2000, em Berlim) concluíram pela necessidade de o próximo século ser marcado por uma esquerda que governe o planeta com uma economia de mercado «com rosto humano». No século XXI, sem abdicar das suas ideias essenciais, a esquerda adapta a economia de mercado e a inevitável globalização às exigências de um mundo com maior justiça social e marcado pela solidariedade. Para tal, será necessário reformar o Estado-Providência, no sentido de o dirigir para os mais carenciados,



criar instituições fortes políticas capazes de governar o mundo financeiro, apostar decisivamente na inovação, na sociedade de conhecimento e na educação, de forma a garantir maior sustentabilidade dos postos de trabalho. Os grandes do mundo também concordaram ajudar os países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento.

### Síntese para o século XXI

De acordo com o primeiro-ministro, em Florença, procurou-se uma síntese entre as forças progressistas do continente americano e os partidos europeus filiados na IS, já que os países estão hoje confrontados com uma mudança incessante ao nível tecnológico. «Uma das soluções consensuais passa por grandes investimentos na educação, na sociedade de informação. A palavra Internet foi a mais pronunciada ao longo do debate», observou o chefe do Governo, antes de acrescentar que a IS procura precisamente travar esse diálogo com o centro-esquerda, tendo em vista proceder a uma atualização das suas posições. O seminário, também segundo António Guterres, permitiu-lhe uma oportunidade para proceder a um vasto conjunto de contactos com os presidentes dos Estados Unidos da América, do Brasil, com o presidente da Comis-

são Europeia, e com os primeiros-ministros da Grã-Bretanha, Alemanha, França e Itália.

Na opinião do primeiro-ministro, a reunião de Florença não se destinou a elaborar um documento de conclusões, apesar de ter possibilitado grandes pontos de convergência. Quanto às diferenças em termos de discurso entre os diversos participantes, António Guterres recusou terem existido divergências. «Mais do que divergências, assistimos a um reconhecimento de valores como a igualdade e a solidariedade. O próprio presidente Bill Clinton repetiu uma posição do primeiro-ministro francês, Lionel Jospin, que diz aceitar uma economia de mercado mas recusar uma sociedade de mercado. Por outro lado, também houve um consenso entre todos, no sentido de que os países não podem ter um Estado assistencial», havendo que introduzir reformas no Estado-Providência, bem como «valorizar um novo sentido de responsabilidade numa nova sociedade solidária».

Para António Guterres, mais do que entre a esquerda e o centro-esquerda, existem hoje diferenças entre a esquerda e a direita, que acredita que o mercado é suficiente para se auto-regular. A esquerda, pelo contrário, entende que o mercado é cego em relação às desigualdades que gera nas sociedades e não entra em li-

nya de conta com conceitos fundamentais como a qualidade de vida dos cidadãos. «Para a direita a igualdade não é um valor», sublinhou. A nova síntese procurada em Florença «conserva a igualdade como um valor, combinando-a com a afirmação da responsabilidade individual. A social-democracia e o socialismo democrático têm revelado grande capacidade de adaptação às mudanças».

### Contra o «dumping» social

Outro tema em análise na cidade italiana foi a próxima ronda de negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), que se inicia no final da presente semana em Seattle, nos Estados Unidos da América. Na perspectiva do chefe do Governo, a questão da exploração da mão-de-obra em países não democráticos e sem horários laborais definidos terá de ser vista na própria OMC e não apenas ao nível da Organização Mundial do Trabalho. Para se combater de forma mais eficaz o chamado «dumping» social, as regras do comércio internacional têm de prever cláusulas condicionantes face à abertura de mercados, estabelecendo-se assim na prática uma discriminação entre os países democráticos e os não democráticos que não respeitam minimamente os direitos humanos.

Já com o Presidente dos Estados Unidos da América, Bill Clinton, em Istambul, durante a cimeira da OSCE, o primeiro-ministro abordou directamente a questão da injustiça do embargo norte-americano a Cuba. De acordo com o secretário-geral do PS, por parte do Presidente dos Estados Unidos da América, «há uma consciência acrescida de que o embargo acaba por ser um bom pretexto para o regime cubano não se abrir à democracia. Bill Clinton tem uma visão muito realista do problema, mas a solução também depende do congresso norte-americano», explicou António Guterres.

A partir de Florença, António Guterres também atacou o presidente do PSD. O primeiro-ministro considerou lamentável as visões provinciana da política, actividade que cada mais se decide à escala mundial. Na última semana, o primeiro-ministro esteve presente na Cimeira Ibero-Americana em Havana - organização que agrupa um conjunto de países que se são uma prioridade nacional - e na cimeira da OSCE, que juntou na maior cidade da Turquia os principais líderes mundiais. Em Florença, como sublinhou António Guterres, esteve no fim-de-semana, dias esses em que poderia ter estado com a família. «Mas penso que a minha presença em Florença foi mais útil para o país», afirmou.

## É IMPOSSÍVEL CONTINUAR A ADIAR A REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO

O Presidente da República apelou ao consenso entre os vários partidos para se proceder à reforma do sistema político. Na sua intervenção, durante a sessão solene da VIII legislatura, na sexta-feira, o chefe de Estado considerou não ser possível continuar a adiar as decisões no sentido de se combater o progressivo afastamento entre os eleitos e os eleitores. Caso contrário, agravar-se-á a crise do sistema representativo. Antes, Almeida Santos foi aplaudido por todas as bancadas, ao fazer uma intervenção extremamente crítica contra aqueles que pretendem fazer da classe político o bode expiatório de todos os defeitos da vida nacional. Já o presidente do Grupo Parlamentar do PS optou por responder a Durão Barroso, condenando o ataque a António Guterres por participar na cimeira da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), o populismo e o típico discurso da autoflagelação. A finalizar, frisou que o PS não irá ter espírito de maioria ao longo dos próximos quatro anos, mas avisou que não pactuará com demagogias.



Jorge Sampaio fez um discurso de alerta para a importância da reforma do sistema político, durante a sessão solene de abertura da VIII legislatura, na Assembleia da República, considerando serem indiscutíveis os sinais vindos da sociedade que aconselham a uma reflexão profunda e a uma actuação «urgente». Segundo o chefe de Estado, «precisamos todos de olhar com rigor para esses sinais de distanciamento entre eleitos e eleitores e entre eleitores e certas práticas políticas. E, assim reconhecer que, se eles existissem, é porque são fruto de uma insatisfação que se desenvolve na população à qual se não deu resposta». Para o Presidente da República, um aspecto parece ser claro: há um distanciamento crescente entre representantes e representados e uma depreciação genérica da avaliação feita pelos cidadãos do exercício de funções políticas. Entre as expectativas de mudança por parte da sociedade, Jorge Sampaio identificou soluções que apontam para a necessidade de uma rigorosa separação de poderes; de uma efectiva transparência da administração; de uma clara e exigente identificação de incompatibilidades e conflitos de interesses no exercício de cargos públicos; de um sistema claro e credível de financiamento da actividade política; de uma austeridade nos gastos

das campanhas políticas; de uma revisão constitucionalmente compaginável das leis eleitorais; de uma consagração de novas formas de participação dos cidadãos na definição das políticas públicas e de formas inequívocas de combate a toda e qualquer corrupção.

«É necessário assegurar um efectivo reforço da proximidade, da participação e da confiança no sistema político. É preciso melhorar a comunicação entre os responsáveis políticos e os cidadãos, revalorizar a prestação do serviço público, consolidar os partidos políticos e fortalecer as instituições representativas», propôs o chefe de Estado. Num tom de voz mais grave, Jorge Sampaio advertiu que «não é possível adiar mais algumas destas decisões. E que importa voltar a estabelecer um conjunto de compromissos e consensos políticos interpartidários, como forma de evitar uma crise maior do sistema de representação».

### Almeida Santos aplaudido

Ainda no que respeita à reforma do sistema político, o Presidente da República disse ter consciência de que o país está «perante novos patamares de exigência por parte dos cidadãos. De desejo de

sentação parlamentar e da democracia, através da crítica destrutiva aos políticos. «Eu sei que este deleite de zombar dos responsáveis políticos em geral, e dos deputados em particular, não é de agora. Entre nós, é seguramente tão antigo como o parlamentarismo. Um pouco de familiaridade com a literatura e o jornalismo da monarquia liberal e da I República levamos à conclusão de que se trata de um vício mental a cuja dependência não resistiram muitos dos nossos melhores espíritos. Ter à mão bodes expiatórios institucionais para os nossos desaires, que tentação! Desfrutar de paralelos facilitantes para os nossos defeitos, que conforto! Passamos a nós próprios atados de inteligência e coragem, de cada vez que formulamos uma crítica, ou a um poderoso dirigimos um doesto, que bênção!», comentou Almeida Santos.

### Contra o discurso populista

Discursando de improviso, o presidente do Grupo Parlamentar do PS, Francisco Assis, atacou Durão Barroso, que se queixou injustificadamente da ausência do primeiro-ministro na sessão solene, por se encontrar na cimeira da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). «Contrariamente a outros, não estranhámos que o primeiro-ministro não tenha abdicado de participar numa conferência internacional da maior relevância, que conta com a presença de todos os principais líderes mundiais», disse. Francisco Assis disse pensar ser unânime a ideia de que é necessária «a emergência de uma nova cultura política democrática, em que as ideias não seja substituídas pelos *slogans*, em que a argumentação não ceda lugar à simples sedução, em que a reflexão profunda não soçobre perante o puro exercício do marketing político». No entanto, segundo Francisco Assis, para se alterar essa cultura política, têm de ser os próprios políticos a «mudar a natureza do discurso político. Não é pela via do populismo, não é pela via da retórica desprovida de qualquer conteúdo, não é pela via da demagogia mais insensata que nós daremos o contributo histórico que o país inteiramente reclama de nós», advertiu o líder da bancada socialista.

A finalizar a sua intervenção, o presidente do Grupo Parlamentar do PS lembrou que a sua bancada é a maior da Assembleia da República e que não agirá como se essa situação «diminuísse a nossa capacidade de entender as necessidades do Parlamento. Nós não agiremos com espírito de maioria. Nós agiremos em todas as questões com profundo espírito democrático. Assumamos todos igualmente as nossas responsabilidades», apelou Francisco Assis.

## CENSOS 2001 CONHECER MELHOR PORTUGAL

O Conselho de Ministros aprovou na generalidade, no dia 18, uma proposta de lei que autoriza o Governo do Partido Socialista a legislar sobre a realização dos Censos 2001.

Os Censos 2001 têm como objectivo a contagem e caracterização da população residente no País - nomeadamente numa área nova como é a da Igualdade, com perfis do grau de participação de homens e mulheres em diversos sectores da sociedade portuguesa - assim como o levantamento do parque habitacional e tipificação das condições de habitabilidade do mesmo, no que respeita às famílias.

Desde 1890 que têm vindo a realizar-se, em Portugal, recenseamentos da população com periodicidade decenal. A partir de 1970 passaram a realizar-se, em simultâneo, os recenseamentos da habitação, estando hoje adoptada a identificação conjunta dessas duas operações pela designação abreviada de Censos, seguida do ano da sua realização.

Um conhecimento rigoroso e fundamentado sobre as características estruturais da realidade portuguesa revela-se imprescindível à generalidade dos utilizadores e, em especial, à governação em domínios muito diversos, que vão do ensino pré-escolar às políticas relativas à terceira idade, passando pelo emprego e formação profissional, pela segurança social e saúde, pelas políticas de habitação e de transportes, tendo sem-



pre em conta que, não sendo a população neutra do ponto de vista do género, o impacto das políticas se repercute diferentemente sobre os homens e sobre as mulheres.

Os Censos imediatamente anteriores, de

1991, e as estimativas intercensitárias que entretanto têm vindo a fazer-se, têm permitido confirmar a percepção de que a demografia e as condições de habitação são, no nosso país, realidades em mutação a um ritmo susceptível de influenciar visivelmente as projecções de médio e longo prazo, sendo o exemplo mais expressivo a possível inversão da tendência evolutiva da natalidade, recentemente iniciada.

Os Censos de 1991 permitiram igualmente concluir que a situação das mulheres tem vindo a alterar-se mais sensivelmente que a dos homens, mudanças que se devem a um maior protagonismo feminino. Com efeito, a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho ou a melhoria sensível do seu nível de instrução merecem um tratamento mais aprofundado no sentido de conhecer a sua real contribuição para a economia nacional assim como as repercussões desses fenómenos no seu estatuto e nas suas condições de vida.

Estas circunstâncias levam a atribuir uma importância crucial e específica aos Censos 2001, potenciando a exigência, que sempre ocorre, de valorizar ao máximo operações estatísticas exaustivas e de periodicidade alargada, como é o caso dos recenseamentos.

Pela idoneidade técnica das operações respondem, em primeira linha, os órgãos do Sistema Estatístico Nacional (SEN), isto é, o Instituto Nacional de Estatística sob a orientação do Conselho Superior de Estatística, no qual se constituiu uma secção eventual expressamente para esse fim.

Pela eficácia operacional são responsabilizadas as autarquias, câmaras municipais e juntas de freguesia, já que sem o empenhado concurso dessas entidades e dos responsáveis, que conhecem, melhor do que ninguém, os territórios da sua jurisdição e o seu povoamento, a execução eficaz das operações de recolha ficaria irremediavelmente comprometida.

### CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 18 de Novembro

#### O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que fixa os novos valores do salário mínimo nacional, para vigorar a partir de 1 de Janeiro do ano 2000;
- Uma proposta de lei que autoriza o Executivo a legislar sobre a realização dos Censos 2001;
- Uma resolução que autoriza o comandante geral da Guarda Nacional Republicana a contratar serviços e a adquirir material específico para o levantamento da missão humanitária e de paz em Timor Leste;
- Uma resolução que estabelece o valor das acções da Petróleos de Portugal - Petrolgal, SA, GDP - Gás de Portugal, SGPS, SA, e da Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S A, para efeito de troca por novas acções da GALP - Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, SA;
- Uma resolução que consagra a atribuição de uma indemnização compensatória à TAP - Air Portugal relativamente ao ano de 1998;
- Uma proposta de lei que fixa normas sobre a cooperação entre Portugal e os Tribunais Penais Internacionais para a ex-Jugoslávia e para o Ruanda;
- Um diploma que altera o decreto-lei que estabelece o regime de Segurança Social aplicável aos membros dos órgãos estatutários das pessoas colectivas;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da remoção, transporte, inumação exumação, transladação e cremação de cadáveres, bem como de alguns desses actos relativos a ossadas, cinzas, fetos mortos e peças anatómicas e, ainda, da mudança de localização de um cemitério;
- Uma resolução que altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/97, de 14 de Agosto, que aprovou o Programa para a Promoção dos Offícios e das Microempresas Artesanais;
- Uma resolução que designa o Instituto Português da Qualidade (IPQ) como entidade encarregada de centralizar e gerir a troca de informações no âmbito do acordo sobre os Obstáculos Técnicos ao Comércio integrado na Organização Mundial do Comércio;
- Um decreto-lei que estabelece os princípios a que deve obedecer o projecto, a construção, a exploração e a manutenção do sistema de abastecimento de gás natural;
- Um decreto-lei que consagra a importação e transporte de gás natural e estabelece o regime de licença para a distribuição e fornecimento de gás natural em regime de serviço público em zonas não abrangidas pela concessão de distribuição regional, alterando a redacção do decreto-lei n.º 374/89, de 25 de Outubro.

## SALÁRIO MÍNIMO AUMENTA 4 POR CENTO

O Governo socialista decidiu, quinta-feira, em reunião de Conselho de Ministros, actualizar os valores do salário mínimo nacional (SMN), para vigorarem a partir de 1 de Janeiro do ano 2000.

A actualização implica um aumento de 4 por cento relativamente ao montante em vigor. O SMN passa assim de 61.300\$00 para 63.800\$00 no regime geral, e de 56.900\$00 para 60.000\$00 para os trabalhadores do serviço doméstico.

Dá-se deste modo continuidade à política desenvolvida desde 1995 que vem permitindo o crescimento economicamente sustentado dos valores reais do salário mínimo nacional, elevando o poder de compra dos trabalhadores e reforçando os níveis de coesão social, sem com isso comprometer o nível de emprego alcançados e o bom desempenho das empre-

sas portuguesas.

A actualização do SMN, que é sempre precedida da audição dos parceiros sociais em sede de Comissão Permanente de Concertação Social do Conselho Económico e Social, reveste-se de especial importância, não tanto pelo número de trabalhadores cuja retribuição beneficia daquela garantia mínima, mas, sobretudo, porque o valor do salário mínimo nacional continua a ser utilizado como critério de referência para muitas prestações, não só de ordem salarial, mas também de natureza social.

Destaque-se que, pela primeira vez, o diploma de actualização do salário mínimo é aprovado muito antes do final do ano, permitindo, deste modo, a sua vigência efectiva e imediata desde o dia 1 de Janeiro do ano 2000.

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O ministro adjunto e da Administração Interna, Fernando Gomes, disse, no dia 19, em Lisboa, que vai proceder ao reforço da Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) e aliviar a PSP de funções administrativas.



Sobre o reforço da IGAI, Fernando Gomes considerou tratar-se de um organismo que, sendo exterior às forças de segurança, constitui uma garantia para o Governo e a população do cumprimento da legalidade por parte das forças de segurança.

«Alguns problemas que têm vindo a público não afectam a instituição no seu todo. Até porque a árvore não pode ser confundida com a floresta», afirmou. Fernando Gomes, que falava no final de uma visita à Direcção Nacional da PSP, referiu ainda que vai «aliviar» a PSP de funções «mais administrativas», por forma a que fique mais disponível para tarefas «mais nobres».

Estas funções mais administrativas ficarão - segundo o governante - «muito proximamente» atribuídas às polícias municipais, nomeadamente a «gestão de trânsito, notificações municipais e vigilância e presença nas ruas».

Sobre a PSP, Fernando Gomes elogiou a sua importância na defesa da democracia e protecção dos cidadãos, acrescentando que os meios humanos, financeiros e de equipamento serão reforçados.

AGRICULTURA

O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Capoulas Santos, anunciou no domingo, dia 21, em Aveiro, um conjunto de medidas para concentrar a produção leiteira nos produtores mais competitivos, concedendo a reforma antecipada aos mais idosos e incentivos a actividades alternativas. Capoulas Santos, que presidiu ao XX Concurso Nacional da Raça Frísia, revelou que o Governo vai lançar o resgate de 50 mil toneladas de leite, pagas ao preço de 60 escudos por quilograma, a quem tiver menos de quatro vacas, o que corresponde a 70 por cento dos produtores.

O objectivo é redistribuir a capacidade produtiva, atribuindo aos «produtores mais competitivos que já estão a produ-

zir acima da quota» a capacidade liberta pelos pequenos produtores, evitando a ameaça de penalizações pela União Europeia, caso Portugal exceda a quota que lhe está atribuída.



«Está prevista a atribuição prioritária aos pequenos produtores de prémios a vacas aleitantes e para os mais idosos a aplicação dos mecanismos de reforma antecipada», anunciou o governante.

«Portugal está a aproximar-se da utilização plena da sua quota que é de 1,8 milhões de toneladas de produção de leite e além de ter de haver uma auto-disciplina dos produtores, o Executivo conta conseguir a curto prazo um aumento de mais 110 mil toneladas para resolver os problemas imediatos», acrescentou Capoulas Santos.

Além das 50 mil toneladas a resgatar aos pequenos produtores, para o conseguir o ministro da Agricultura vai promover a distribuição imediata de 30 mil toneladas da reserva nacional e conta com um reforço de outras 30 mil toneladas, proposto já a Bruxelas.

AMBIENTE

O ministro do Ambiente, José Sócrates, afirmou, no dia 20, que o seu dever é conduzir uma política ambiental para os resíduos sólidos baseada «na inteligência, no conhecimento e no bom senso, e não no preconceito, ignorância e tantas vezes no medo».



O governante falava ao «Jornal da Noite», da SIC, na sequência da passagem

de uma parte da entrevista dada à Rádio Renascença (RR) sobre o projecto de co-incineração de resíduos industriais nas cimenteiras de Maceira e Souselas.

Sócrates considerou «absolutamente lamentável» que políticos comentem um dossier deste tipo baseado em excertos de uma entrevista à RR, que «conduziu certamente as pessoas ao engano».

«Não há nada de novo. Há um novo Governo, mas eu limitei-me a dizer à RR que não há novas orientações na gestão desse dossier e que há dois compromissos e orientações, a primeira das quais a de que o Governo se mantém fiel à orientação segundo a qual a co-incineração é a melhor solução para o tratamento dos resíduos industriais perigosos», declarou.

A segunda orientação - acrescentou - é a de que o «Governo honrará todos os compromissos assumidos aquando da condução deste dossier há uns meses atrás e que são fundamentalmente aqueles que constam do memorando entregue pelo primeiro-ministro às autoridades locais.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

O secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, desmentiu «categoricamente», na passada sexta-feira, que a Lei da Televisão não esteja a ser cumprida no que diz respeito às quotas de programas em língua portuguesa e de produção independente.



A reivindicação de que o Governo assegure «a avaliação do cumprimento das percentagens da produção independente» é expressa num comunicado divulgado no mesmo dia pela APIT - Associação de Produtores Independentes de Televisão -, na sequência de uma reunião de direcção alargada, com o objectivo de analisar «o impacto previsível da constituição de uma empresa de produção ligada à RTP a «Formas e Conteúdo»».

A Lei da Televisão determina que os canais de cobertura nacional dediquem 50 por cento das suas emissões à difusão de programas originariamente em língua portuguesa, 15 por cento de tal tempo deverá ser de difusão de programas criativos de produção originária em língua portuguesa.

De acordo com a legislação, deve asse-

gurar-se ainda que 10 por cento da respectiva programação daqueles canais seja preenchida através da difusão de obras europeias, «provenientes de produtores independentes dos organismos de televisão, produzidos há menos de cinco anos».

Segundo Arons de Carvalho, no passado mês de Agosto a produção independente atingiu os 35,4 por cento na RTP1 e os 26,3 por cento na RTP2, tendo sido de 17,2 por cento na SIC e de 19,1 por cento na TVI, ou seja, muito acima em qualquer um dos canais dos 10 por cento determinados na lei.

Em relação ao primeiro semestre de 1999, a média de produção independente foi de 25,6 por cento na RTP1, de 15,2 por cento na RTP2, de 23,7 por cento na SIC e de 18,6 por cento na TVI, adiantou o secretário de Estado.

CULTURA

O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, reuniu-se, no dia 20, com a Sociedade Porto 2001.



Na reunião, onde estiveram presentes Teresa Lago, que substituiu Santos Silva na Porto 2001, e o presidente da Câmara do Porto, Nuno Cardoso, foram abordadas as estratégias a seguir nos 13 meses que faltam para o início da Capital Europeia da Cultura.

A questão da requalificação urbana foi um dos temas em debate no encontro realizado na cidade Invicta.

O ministro da Cultura inaugurou, no mesmo dia, no Museu de Arte Contemporânea de Serralves, a exposição «Da Luz e do Espaço», de Pedro Cabrita Reis.

EQUIPAMENTOS

O ministro do Equipamento já homologou a atribuição das licenças de frequências de acesso fixo via rádio para telefones, proposta pela comissão de análise das 16 candidaturas, segundo anuncia um comunicado ministerial.

O Instituto das Comunicações de Portugal (ICP) vai assim emitir licenças para a E3G, a Sonae e a Maxitel na faixa de frequência dos 3600-3800 MHz.

Na faixa de frequência dos 24,5-26,5 GHz, serão atribuídas licenças à Sonae, E3G, Jazztel Portugal, Eastécnica IV, Teleweb e Telecel, enquanto na faixa de frequências dos 27,5-29,5 GHz, ficarão a WTS e a Bragatel.

O processo de candidatura teve início em 22 de Julho de 1999 e ficará concluído com a emissão das licenças, «por forma a que as empresas possam desenvolver a exploração dos respectivos serviços a

PELO PAÍS

Governança Aberta



partir de 1 de Janeiro de 2000, marco na liberalização das telecomunicações», refere o comunicado ministerial.

**PRESIDÊNCIA DO CONSELHO**

O projecto de Lei da Droga - que despenaliza o consumo e a posse para consumo - será apresentado em breve na Assembleia da República, estando já numa fase de preparação.

O anúncio foi feito no dia 18 pelo secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, que tutela a área da toxicod dependência, no final da cerimónia de tomada de posse da nova coordenadora nacional do Projecto Vida, Elza Pais. Vitalino Canas adiantou que na sequência da Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga (ENLCD) foi convidado o professor universitário Faria da Costa, muito reputado nesta área, para fazer o primeiro projecto da Lei da Droga, cujo ponto da situação será feito ao Governo esta semana.

«Só depois é que terei uma ideia mais concreta de quando é que os projectos preparatórios estarão devidamente preparados. É uma prioridade deste Governo, uma vez que pretendemos que o consumo e a posse para consumo deixe de ser», acentuou.

Sobre o Projecto Vida, o governante adiantou que deverá ser extinto dentro de cerca de três meses, ficando algumas das suas valências integradas no Instituto Português das Drogas e da Toxicod dependência (IPDT).

«Teremos daqui a uns meses seguramente um IPDT reformulado, com outras funções, com outros recursos - uma vez que irá receber os recursos do Projecto Vida, quer humanos quer financeiros -, por forma a poder cumprir a Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga», disse.

**SAÚDE**

O Sindicato Independente dos Médicos (SIM) recebeu, no dia 19, da parte da ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, garantias de que as negociações acordadas com a sua antecessora, Maria de Belém, se vão realizar.

No final de um encontro em Lisboa, a convite de Manuela Arcanjo, o secretário-geral do SIM, António Bento, disse desconhecer para já as propostas governamen-

tais para a reforma da saúde, acrescentando que na reunião foram debatidas «questões de mútuo interesse».

**SAÚDE**

O Sindicato Independente dos Médicos (SIM) recebeu, no dia 19, da parte da ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, garantias de que as negociações acordadas com a sua antecessora, Maria de Belém, se vão realizar.

No final de um encontro em Lisboa, a convite de Manuela Arcanjo, o secretário-geral do SIM, António Bento, disse desconhecer para já as propostas governamentais para a reforma da saúde, acrescentando que na reunião foram debatidas «questões de mútuo interesse».

«Falámos de questões de carácter rácter geral e genérico, nomeadamente sobre a formação dos médicos, a carência de quadros de pessoal e também sobre os concursos médicos», afirmou.

Antes do SIM, foi recebida por Manuela Arcanjo a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, cujo líder, Paulo Trindade, disse no final do encontro ter-se tratado de uma reunião de apresentação da nova equipa ministerial.

Tratou-se «de uma longa troca de impressões sobre a situação profissional dos trabalhadores deste ministério e sobre a política para o sector da Saúde», declarou Paulo Trindade, acrescentando que este diálogo «irá prosseguir».

**TURISMO**

O secretário de Estado do Turismo anunciou, na passada quinta-feira, dia 18, na Póvoa de Varzim, a criação de uma Lei de Bases do Turismo como forma de institucionalização da política de turismo para Portugal.

Vitor Neto falava na cerimónia de entrega de 67 mil contos de verbas provenientes do contrato de concessão do Casino da Póvoa a 22 instituições do concelho da Póvoa de Varzim.

Para Vitor Neto, a política de turismo passará por três objectivos: consolidação da política dos interesses do País, turismo para os portugueses, estrangeiros e emigrantes, e um turismo que «exista daqui a cem anos». O secretário de Estado sublinhou que «o turismo deve ser para os portugueses e não só para os estrangeiros», numa visão que inclui os emigrantes, «dois milhões de portugueses que vêm ao País e que constituem uma componente extremamente importante».

O terceiro vector da Lei de Bases do Turismo reside, de acordo com Vitor Neto, «na ideia de que o turismo exista também daqui a cem anos».

«Não podemos destruir os nossos bens e riquezas, temos que os preservar», salientou.

A utilização social e turística das verbas do jogo é de «grande utilidade» para esse novo programa de turismo, frisou Vitor Neto.

«É extremamente importante a utilização social destes fundos», disse, sublinhando que «a maior fatia é aplicada a nível social no concelho», ficando o restante para o desenvolvimento turístico.

DEPUTADO JOEL HASSE FERREIRA

Reforma Fiscal

**A URGÊNCIA DA EQUIDADE**



O deputado socialista Joel Hasse Ferreira afirmou, no passado dia 10, que «é necessário continuar a melhorar a equidade do sistema de contribuições e impostos, prosseguir a longa marcha por uma melhor justiça tributária, utilizar cada vez mais a política fiscal como um instrumento ao serviço do desenvolvimento económico, de políticas sociais correctas e de uma assumida equidade». O parlamentar do PS falava perante a Assembleia da República, durante o debate de urgência sobre reforma fiscal, realizado a pedido da bancada do CDS/PP. Reconhecendo a pertinência do tema da sessão plenária, Joel Hasse ressaltou que «há importantes aspectos da reforma do sistema fiscal que têm vindo a ser concretizados».

O deputado procedeu, então, à enumeração resumida das alterações encetadas pela administração da Nova Maioria, começando por referir a estratégia reformista do sistema fiscal contida na Lei Geral Tributária e no novo Código do Procedimento Tributário.

«Muito significativas, ao longo da legislatura, foram as alterações realizadas no IRS, nomeadamente no Orçamento de 1999, onde foram aprovadas medidas que concretizaram o desagravamento fiscal dos estratos mais desfavorecidos e um mais equilibrado

critério de deduções», disse.

Joel Hasse Ferreira prosseguiu sublinhando o logro do Executivo socialista de, sem aumentar os impostos, ter aumentado «significativamente» as cobranças, contribuindo deste modo para a redução do défice orçamental e para o correcto financiamento das políticas sociais do Governo.

«Temos que reconhecer que existe um conjunto de tarefas que interessa desenvolver e concretizar», afirmou Hasse Ferreira, falando sobre o aprofundamento de uma linha de «eco-tributação», da adopção de uma Lei de Bases sobre Tributação do Rendimento, da reformulação do perfil dos benefícios fiscais e, por último, da compilação, num só código, dos diferentes tipos de infracções aduaneiras e não aduaneiras.

Relativamente ao património, o deputado socialista declarou: «A opção política que temos afirmado vai no sentido de se vir a abolir a sisa e enquadrar essa abolição, bem como do imposto sucessório e a substituição da contribuição autárquica, no âmbito de um imposto único sobre o património, com uma filosofia diferenciada, tecnicamente moderna e socialmente progressista».

«Quanto às características exactas das novas formas de tributar o património, também seria bom ouvirmos o que pensamos, com alguma clareza, as diferentes forças políticas da oposição. E nem todas o têm feito», concluiu.

MARY RODRIGUES

**Presidentes e vice-presidentes socialistas de Comissões da VIII legislatura**

**Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias**  
Presidente: Jorge Lação

**Comissão da Saúde e Toxicod dependência**  
Vice-Presidente: João Rui Almeida

**Comissão dos Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação**  
Vice-Presidente: Laurentino Dias

**Comissão do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**  
Presidente: Artur Penedos

**Comissão de Defesa nacional**  
Presidente: Eduardo Pereira

**Comissão dos Assuntos Europeus**  
Presidente: Manuel dos Santos

**Comissão da Administração e Organização do Território, Poder Local e Ambiente**  
Vice-Presidente: Natalina Moura

**Comissão da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas**  
Presidente: António Martinho

**Comissão de Economia, Finanças e Plano**  
Vice-Presidente: João Carlos Silva

**Comissão da Juventude e Desporto**  
Vice-Presidente: Miguel Teixeira

**Comissão do Equipamento Social**  
Presidente: José Junqueiro

**Comissão da Paridade, Igualdade de Oportunidades e Família**  
Vice-Presidente: Maria do Rosário Carneiro

**Comissão de Educação, Ciência e Cultura**  
Presidente: António Braga

**Comissão de Ética**  
Presidente: António Reis

DEPUTADO FRANCISCO ASSIS

Nova legislatura

## NECESSÁRIO AMPLO CONSENSO PARA AS REFORMAS NECESSÁRIAS



O PS desvalorizou, pela voz do seu deputado Francisco Assis, as críticas do PSD à ausência do primeiro-ministro na sessão solene de abertura dos trabalhos da legislatura, sustentando que António Guterres «nunca desrespeitou a Assembleia da República».

Na sua intervenção, o líder da bancada parlamentar socialista, Francisco Assis, indicou que António Guterres, ausente na Turquia para participar na cimeira da OSCE, «revelou sempre estar à altura das suas responsabilidades», não estranhando por isso que o primeiro-ministro esteja presente numa cimeira com líderes mundiais.

Assis pouca atenção deu, depois, à oposição, centrando o seu discurso na necessidade de se proceder à reforma dos sistemas político e eleitoral, designadamente no que diz respeito à aproximação entre eleitos e eleitores, com a criação dos círculos uninominais.

O líder da bancada parlamentar do PS mostrou-se, contudo, favorável à manutenção do princípio de proporcionalidade actualmente em vigor.

O dirigente socialista salientou a importância que os círculos uninominais terão no futuro, destacando o cuidado que os partidos políticos deverão ter na escolha dos seus candidatos, o que levará à

moralização da política em Portugal. Mas Assis defendeu também, sem especificar, alterações à Lei dos Partidos Políticos, ao Regimento do Parlamento e, sobretudo, à Lei das Incompatibilidades, argumentando constituir uma injustiça que «pessoas altamente capacitadas fiquem de fora da AR».

Sublinhando ser possível atingir um «amplo consenso» na AR para promover as necessárias reformas, Francisco Assis apelou aos partidos políticos da oposição para se trabalhar em conjunto nestas questões, de forma a aumentar a transparência na vida política.

«Tal como não há portugueses dispensáveis, tal como disse uma vez o Presidente da República, Jorge Sampaio, também não há deputados dispensáveis», sublinhou.

### Contra a demagogia e o populismo

«Temos de mudar a natureza do discurso político e isso não acontecerá por via do populismo, da retórica ou da demagogia», acrescentou.

Francisco Assis lembrou que o Grupo Parlamentar do PS, com metade dos deputados à AR, não agirá com «espírito de maioria», manifestando-se «disponível» para trabalhar a favor da valorização da classe política em Portugal.

CIMEIRA IBERO-AMERICANA

Voto de Saudação

## O CONTRIBUTO PORTUGUÊS

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista fez aprovar, no passado dia 18, um voto de saudação à participação e contributo de Jorge Sampaio, e António Guterres, na IX Cimeira Ibero-Americana, recentemente realizada em Havana.

«Merece saudação a actividade desenvolvida em nome do Estado português e da União Europeia pelo Presidente da República e pelo primeiro-ministro, tanto apresentando e defendendo propostas no fórum oficial de debate e deliberação, como promovendo encontros com uma representação variada e plural da sociedade cubana, penalizada injustamente por um embargo sem justificação e ultrapassado nos seus propósitos», lê-se no voto subscrito por Francisco Assis, Medeiros Ferreira, José Barros Moura, Manuel dos Santos e José Magalhães.

O texto destaca as «importantes conclusões» deste encontro de chefes de Estado e de Governo, sublinhando que elas seguem o «rumo aberto, dois anos atrás, pelos trabalhos levados a cabo na Cimeira do Porto, que lançou, designadamente, o projecto de criação

de uma Secretaria da Cooperação Permanente entre os Estados-membros, agora formalizada».

«A cimeira foi uma histórica afirmação da vinculação expressa de todos os participantes à adopção de medidas que fortaleçam as instituições democráticas, o pluralismo político, o Estado de Direito e o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, relevando-se igualmente o direito ao desenvolvimento», refere o documento.

Assim, o Parlamento associou-se à «reclamação de urgente renovação da lei Helms-Burton» e aplaudiu «o compromisso, assumido na cimeira, de levar a cabo programas concretos de cooperação, nomeadamente em articulação e com o apoio da União Europeia».

A Assembleia da República manifestou ainda, através do voto socialista, o seu empenhamento na criação de condições que assegurem a governabilidade da mundialização e a regulação das economias mediante a reforma do sistema de Breeton Woods, apoiando, assim, a redefinição do papel do FMI e do Banco Mundial.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO ANTÓNIO MARTINHO

Pescas

## GOVERNO INTRODUZIU NOVAS DINÂMICAS DE APOIO



O deputado socialista António Martinho considerou no dia 17, na Assembleia da República (AR), que «a manutenção de um acordo de pescas com Marrocos é importante para o sector pesqueiro português», acrescentando que «em coerência com esta realidade, o Governo soube nos últimos anos, estabelecer com Marrocos um programa de cooperação que abrange, entre outros aspectos, a investigação científica, a formação profissional e comercialização do pescado».

António Martinho, que intervinha durante o debate de urgência sobre o acordo de pesca entre a União Europeia e Marrocos, proposto por alguns partidos da oposição, salientou que esta iniciativa é «legítima», mas não deixou de questionar o momento do debate.

«Só agora se aperceberam do problema? Só agora detectaram dificuldades para o sector? Só agora descobriram possíveis inconvenientes para armadores, pescadores e outros trabalhadores ligados à actividade da pesca nas águas marroquinas, ao abrigo deste acordo?», perguntou.

O Governo, por sua vez, frisou, soube, oportunamente, tomar algumas iniciativas sobre esta questão que remontam a Março de 1998.

Através de um vasto conjunto de iniciativas governamentais, «identificaram-se as

dificuldades decorrentes do termo do acordo, sensibilizaram-se as instituições europeias que têm a ver com o sector, estreitaram-se laços e formas de cooperação com Marrocos, potenciando relações de vizinhança e interesses comuns, enfim, estudaram-se alternativas».

### Laços de cooperação com Marrocos

Entre outras iniciativas, António Martinho lembrou que recentemente, a 26 de Outubro, «o ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas entregou em mão ao comissário Fischler uma carta alertando mais uma vez para o impacto socioeconómico da paragem da frota e do termo do acordo com Marrocos, propondo a adopção de uma medida específica para apoio a armadores e pescadores afectados».

Necessário e naturalmente, o acordo de pescas com Marrocos, conforme referiu o deputado do PS, «não é o único instrumento de política para o sector».

Neste domínio, sublinhou, «o Governo do PS soube introduzir no sector novas dinâmicas, expressas, por exemplo, nos apoios verificados nos últimos quatro anos».

Foi assim que de 1996 a 1999, entre outras medidas, «se verificou um forte apoio à pesca local e costeira», tendo sido apoiados 1526 projectos, num total de 4,2 milhões de contos.

J. C. CASTELO BRANCO

CÍRCULO DA EMIGRAÇÃO

Carta

## EXCLUSÃO DE SOCIALISTAS AGUARDA EXPLICAÇÃO

Paulo Pisco, Vítor Caio Roque e Carlos Luís – os deputados socialistas eleitos pelos círculos da Emigração – manifestaram, em carta dirigida ao presidente do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas, a sua insatisfação pelo facto de não terem sido «associados» à reunião deste organismo que decorreu, na Assembleia da República, nos passados dias 17, 18 e 19. Fazendo votos para que os trabalhos do Conselho decorressem de forma «frutuosos», os parlamentares não deixaram, porém, de lamentar a ausência da convocatória.

«Como deve calcular, teríamos o maior interesse em estar presentes nos trabalhos do CCP embora julgamos também que não o deveríamos fazer sem uma convocação prévia, como indicam as

disposições legais e regimentais aplicáveis», lê-se na missiva de 17 de Novembro.

Os três deputados do PS afirmaram ainda não compreender que tenha sido referido pela Comunicação Social que haveria um encontro com os deputados eleitos pelos círculos eleitorais da emigração, sem que tenham sido sequer contactados.

«O CCP merece a nossa maior consideração, pelo relevante papel de ligação e de interlocutor entre as comunidades portuguesas, o Governo e os deputados da Assembleia da República», refere a carta na qual os camaradas Paulo Pisco, Caio Roque e Carlos Luís solicitam igualmente uma resposta «rápida», por parte do presidente do Conselho, para «esclarecer esta situação».

M.R.



## A URGÊNCIA DE UMA REFORMA CONTROLADA E CONSENSUAL

**O «Acção Socialista» publica na íntegra o discurso proferido pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, na sessão de abertura dos trabalhos parlamentares da VIII Legislatura, centrada na urgência das reformas no sistema político.**

**A** Assembleia da República inicia com esta cerimónia uma nova prática parlamentar. Ao fazê-lo sublinha e reforça o seu papel de pilar do regime democrático. E, em certo sentido, presta também uma homenagem pública aos eleitores que conferem a legitimidade aos deputados que a compõem.

Saúdo esta iniciativa. Revejo-me na riqueza do seu simbolismo. E reconheço a importância política deste gesto inovador. Estou certo de que as cerimónias de Abertura Solene da Legislatura passarão a constituir marcos da nossa vida democrática, oportunidade de exaltar o papel do sistema representativo na nossa democracia e de reflectir sobre aspectos da nossa vida democrática.

Considero um privilégio o convite para participar nesta cerimónia. Privilégio que sentidamente vos agradeço.

Saúdo a nova VIII Legislatura, saída das eleições de 10 de Outubro, na qual se renovou o princípio da representação assente no sufrágio universal, igual, directo, secreto e periódico, essência da democracia.

Faço votos de um profícuo trabalho parlamentar. E reitero solenemente a minha disponibilidade para um estreito diálogo institucional, assente no princípio do respeito pela dignidade e autonomia dos respectivos órgãos de soberania.

A existência da democracia em Portugal implicou décadas de luta. Várias gerações se sacrificaram nessa luta prolongada, algumas das quais estão presentes neste Parlamento.

A ausência ou o desrespeito de direitos, liberdades e garantias fundamentais caracterizava a natureza ditatorial do regime político a que o 25 de Abril de 1974 pôs fim. Mas a ditadura não impedia ou limitava apenas as liberdades individuais. Sem democracia era igualmente impossível garantir condições de modernização e desenvolvimento sustentado do país.

Distantes do poder, por nele não se sentirem representados, aos portugueses só restava ou o alheamento da vida política ou o inconformismo do combate contra o regime. Impossibilitados de encontrar no país condições de sobrevivência digna e um horizonte de esperança, só restou a milhões de portugueses o árduo e doloroso caminho da emigração.

Violando todos os direitos dos cidadãos, incapaz de aceitar os direitos dos outros povos, designadamente o direito à auto-



determinação, o regime de então isolou Portugal da comunidade internacional.

É o regime democrático que assegura aos portugueses os direitos fundamentais, que reconhece o legítimo direito à independência das colónias portuguesas, que torna possível novas condições de desenvolvimento económico e permite ao país granjear o prestígio internacional de que hoje desfruta.

Não foi um percurso fácil. Vivemos crises políticas, económicas e sociais muito difíceis. Mas ultrapassámo-las sempre. Para isso contribuiu decisivamente um conjunto de factores. Sublinho apenas dois.

Em primeiro lugar, os portugueses participavam activamente na vida política nacional, revendo-se na legitimidade e representação que assim conferiam aos partidos políticos.

Em segundo lugar, em momentos decisivos, os partidos compreenderam que o sucesso do novo regime democrático dependia da sua capacidade de dar resposta aos principais problemas do país e que isso implicava, tanto alcançar um conjunto essencial de consensos e compromissos políticos nacionais, quanto assumir sem equívocos a suas diferenças, como forma de identificação dos eleitores e clarificação de opções. Ambos os caminhos são condições naturais de estabilidade de uma democracia pluralista, ambos foram ensaiados e provaram a sua eficácia.

Ambos foram decisivos, permitindo à democracia assegurar o progresso do país

e eventualmente até sobreviver como regime.

Por isso, em resposta ao vosso convite, quis estar aqui hoje, no início desta Legislatura - para expressar a importância decisiva que atribuo à democracia representativa e ao papel central e insubstituível que nela o Parlamento desempenha. Os deputados estão investidos de uma das mais nobres missões e responsabilidades que qualquer cidadão português pode ambicionar: a de representarem este país que todos amamos, e assim servir Portugal.

Sei que à honra de que estão investidos corresponderão com o melhor do vosso esforço. Um parlamentar como eu, hoje com a responsabilidade de representar a República Portuguesa, de ser o garante da independência nacional, da unidade do Estado e do regular funcionamento das instituições, não podia deixar de expressar aqui uma palavra de incentivo e de respeito por este Órgão de Soberania que deve, enquanto tal, ser alvo da maior consideração por parte de todos os portugueses.

Os regimes democráticos são, por natureza, regimes abertos. Por isso, a sua dinâmica depende da capacidade de entenderem as transformações da sociedade e de se aperfeiçoarem, como forma de dar resposta a novas percepções, exigências e realidades.

Um regime que se fecha sobre si próprio provoca, mais cedo ou mais tarde, uma

crise na sua relação com os eleitores que, mesmo sem explicitamente o desejarem, se distanciam, cada vez mais, de práticas e métodos que já pouco lhes dizem.

É preciso estar sempre um passo à frente. Olhar com sensibilidade para os sinais que nos chegam da sociedade. Antecipar o futuro no que ele tem, tanto de encorajador como de preocupante.

Dar resposta, com lucidez e visão, aos desafios que assim se nos colocam. E perceber que manter a vitalidade da democracia deve prevalecer sempre como objectivo sobre a preservação de qualquer outra consideração de interesse individual ou de grupo.

Permitam-me, por isso, que partilhe convosco o meu olhar sobre o sistema político português, centrado em três considerações: sobre as realizações, sobre os sinais e sobre as exigências.

A democracia portuguesa pode e deve orgulhar-se das suas realizações. Portugal credita-lhe o progresso e o desenvolvimento alcançado nestes 25 anos. E, no essencial, os portugueses revêm-se, com justa razão, na nossa democracia.

Sei que as taxas de abstenção parecem indicar um alheamento dos eleitores. Não serei eu a negar esse facto. Mas importa, também, colocá-lo no seu devido contexto. Uma democracia estabilizada, num quadro de crescente melhoria das condições de vida da população, gera por vezes factores de confiança no funcionamento do sistema político que muitos eleitores traduzem em comportamentos de abstenção. Isso não invalida que cresça, a par desta, uma abstenção por insatisfação face ao funcionamento da democracia representativa, ou por exclusão social ou política. Esse é um sério sinal a considerar.

Creio, além disso, que todos reconhecem que as percepções críticas quanto ao funcionamento do sistema político coincidem com aquelas que são hoje correntes nas democracias modernas, não demonstrando o país, por isso, nenhuma característica que revele uma particular vulnerabilidade do regime português.

É, todavia, indiscutível, que recebemos da sociedade um conjunto de sinais que aconselham uma reflexão profunda e uma actuação urgente. Porquê urgente? Porque é sempre melhor reformar, de uma forma controlada e consensual, quando a credibilidade do sistema ainda é evidente, do que fazê-lo sobre a eventual pressão de uma crise mais profunda.

Precisamos todos de olhar com rigor para esses sinais de distanciamento entre eleitores e eleitos e entre eleitores e certas práticas políticas. E, assim, reconhecer que, se eles existem, é porque são fruto de uma insatisfação que se desenvolve na população à qual se não deu resposta. E não, seguramente, a um qualquer excesso de atenção da Comunicação Social a

aspectos negativos do funcionamento do nosso sistema político ou a práticas individuais que, só envolvendo os próprios, descredibilizam, todavia, o sistema no seu todo.

A liberdade de expressão é um bem inalienável de uma democracia e uma das condições que permitem a permanente capacidade de avaliação pelos eleitores da prestação individual dos responsáveis políticos e do grau de satisfação face ao desempenho do sistema político.

É fácil a identificação das críticas que progressivamente se avolumam e consolidam. Sobre elas muito se tem dito. Uma coisa parece clara, apontam todas num mesmo sentido: um distanciamento crescente entre representantes e representados e uma depreciação genérica da avaliação feita pelos cidadãos do exercício de funções públicas.

É igualmente fácil identificar o sentido das expectativas de mudança: Elas apontam para a necessidade de uma rigorosa separação de poderes; de uma efectiva transparência da Administração; de uma clara e exigente identificação de incompatibilidades e conflitos de interesses no exercício de cargos públicos; de um sistema claro e credível de financiamento da actividade política; de uma austeridade nos gastos das campanhas políticas; de uma revisão constitucionalmente compaginável das leis eleitorais; de uma consagração de novas formas de participação dos cidadãos na definição das políticas públicas, e de formas inequívocas de combate a toda e qualquer prática de corrupção.

O sentido a dar a estas reformas também parece ser claro. É necessário assegurar um efectivo reforço da proximidade, da participação e da confiança no sistema político. É preciso melhorar a comunicação entre os responsáveis políticos e os cidadãos, revalorizar a prestação do serviço público, consolidar os partidos políticos e fortalecer as instituições representativas.

Não existe uma forma única de alcançar estes objectivos. Há, como é natural e desejável, uma diversidade de propostas que identificam cada um dos partidos com a solução que consideram mais correcta. Muita da legislação que importa alterar exige, e bem, uma maioria de dois terços. Outras mudanças dependem apenas das convicções e empenhamento político das maiorias parlamentares.

O que parece, porém, inquestionável é que não é possível adiar mais algumas destas decisões. E que importa voltar a estabelecer um conjunto de compromissos e consensos políticos interpartidários, como forma de evitar uma crise maior do sistema de representação.

Foi essa capacidade de estabelecer atempadamente consensos, quando a Constituição assim o exigia, que permitiu à jovem democracia portuguesa ultrapassar muitos dos problemas que lhe colocaram. É isso que de novo é necessário fazer.

Os portugueses desejam essas reformas. E o regime necessita delas. Os partidos têm debatido estes problemas. Quanto mais tarde elas forem introduzidas mais difícil será restabelecer a confiança, superar o distanciamento e credibilizar a actividade política.



Creio, convictamente, que as reformas têm de ser profundas. Elas terão, a título de exemplo, de responder a estas perguntas: Como é que se assegura a confiança no financiamento dos partidos quando são evidentes os gastos em meios de propaganda de nulo impacto, e opacas aos cidadãos as fontes de financiamento dessas despesas?

Como é que se assegura a proximidade entre os eleitores e eleitos, quando a esmagadora maioria dos eleitores ignora em que candidatos está a votar, e uma percentagem dos eleitos se faz imediatamente substituir nas funções políticas para que tinha sido eleito?

Como é que se garante a confiança na administração quando tantas das suas decisões ou a fundamentação de procedimentos, permanece inacessível aos cidadãos?

Como é que se assegura o envolvimento cívico da população quando as decisões são tomadas de forma distante e não participada pelos seus destinatários?

Como é que se credibiliza um sistema político que, paralisado pelo argumento demagógico da comparação entre o ordenado mínimo nacional e as remunerações dos titulares de cargos políticos, vê, ano após ano, afastarem-se da vida pública tantos portugueses de grande valia?

Como é que se dignifica a actividade política quando aos líderes dos partidos da oposição não é conferido pelo Estado um estatuto protocolar compatível com o papel insubstituível que desempenham no país?

Como manter a confiança dos eleitores se, à acumulação dos sinais de desencanto que enviam, se responde com a acumulação dos anos em que se adiam as soluções?

Olho com atenção redobrada e preocupação crescente para os sinais que se

adensam, e pressinto urgência na resposta que tarda. Partilho convosco estas minhas preocupações, consciente, todavia, que o desencanto de muitos cidadãos não se prende apenas com esta ou aquela deficiência no funcionamento do sistema político. E que o debate sobre estas deficiências não pode iludir outras questões de fundo.

Tenho consciência que estamos perante novos patamares de exigência por parte dos portugueses. De desejo de exercício de novos direitos. De reivindicação de novas formas de participação política. De uma consciência mais informada e interventora da dimensão de muitas desigualdades que subsistem na sociedade portuguesa.

De um sentimento de impotência de uns e indignação de outros perante o aparecimento de novas formas de exclusão social, política e cultural.

A percepção da natureza das desigualdades é hoje mais aguda e assente em níveis de informação muito superiores. A ideia, mesmo se globalmente imprecisa, de que os crimes de colarinho branco ficam sempre impunes, de que quem mais ganha menos impostos paga, de que a fronteira entre interesses privados ou corporativos e interesses públicos nem sempre é clara, de que a oportunidade no exercício da justiça pode não depender de aspectos processuais, de que o acesso aos cuidados de saúde pode traduzir-se numa espera desencantada, geram também fenómenos de distanciamento e desencanto. Quis ser claro, mas desejo, também, ser justo. Estes são velhos problemas que atravessaram vários governos, diversos partidos, mas um só país que para eles olha com um sentimento cada vez mais crítico.

Também aqui, hoje, uma vez mais, é preciso que a democracia portuguesa seja,

em tempo útil, capaz de gerar níveis satisfatórios de resposta a estas, entre outras, preocupações.

Também aqui, de novo, importa estabelecer os consensos, quando necessários, e as rupturas, quando essa for a única via possível, para restabelecer a confiança numa sociedade mais justa e equitativa.

A soma destas percepções desencantadas constitui para mim um sinal de alerta. Portugal tem hoje condições invulgares para dar resposta a alguns destes problemas. Há uma sociedade dinâmica, estabilidade política e vive-se um período de confiança económica.

Partilho convosco estas minhas preocupações para concluir num apelo e numa manifestação de disponibilidade.

O apelo é a que se tenha em atenção o sentido de prioridade de que se parecem revestir algumas das reformas a introduzir no funcionamento do sistema político e na promoção da equidade social.

A manifestação é de disponibilidade total para contribuir, dentro dos limites constitucionais, com o exercício de uma magistratura de incentivo, conciliação e consenso, quando disso puder depender o sucesso das respostas a dar às expectativas dos portugueses.

Ninguém se pode excluir do debate dos temas hoje aqui abordados, por achar que dele não faz parte. A dignificação da vida política a todos diz respeito. E a todos deve envolver, na diversidade das competências próprias de cada órgão de soberania. O Presidente da República não é um espectador distante. Reconheço-me nas vossas preocupações. Por isso, entendo dever contribuir para estimular o debate e estar disponível para ajudar a incentivar consensos.

Referi-me a um caminho de reformas que entendo tanto necessário e oportuno como dignificante e honroso. Permitam-me que, a terminar, explicito a minha opinião sobre o sentido último desse caminho.

O primeiro aspecto que quero destacar é o da revalorização da função política enquanto função que se cumpre e esgota no serviço público. Os valores republicanos, neste domínio, devem ser reafirmados. A actividade realizada pelos responsáveis políticos não corresponde a uma forma autónoma de cidadania. Os políticos são cidadãos que desempenham cargos de representação, por definição sujeitos a controle democrático e a regras de transparência, e portanto amovíveis. O seu estatuto não é - não pode ser nunca - o de um grupo separado, com lógica de defesa e reprodução próprias, mas o de cidadãos que transitoriamente exercem uma actividade em favor da comunidade que neles directa ou indirectamente depositou confiança para tal.

Devemos velar pelo prestígio desse estatuto. Não para que daí os políticos recolham benefícios, seja de que natureza for, mas porque dessa forma é a sua actividade que ganha apreço e respeito, e, consequentemente, eficácia.

Estamos todos empenhados em vincar na política a razão pública que a fundamenta e em devolver aos políticos o orgulho de serem políticos.

Acredito nesse objectivo e acredito que - todos - o podemos alcançar.

## ASSINADO TRATADO HISTÓRICO

**T**rinta países, entre os quais os Estados Unidos e a Rússia, assinaram, no âmbito da III Cimeira da OSCE, um tratado histórico de redução de armas convencionais na Europa, embora Moscovo o esteja desde já a violar na Tchetchénia.

A assinatura do acordo ocorreu sexta-feira, dia 19, em Istambul, Turquia, no início da última sessão de trabalhos da OSCE. Fontes militares, citadas pela AFP, revelaram que o tratado reduz em 10 por cento os níveis de armas não-nucleares na Europa.

Com a assinatura do acordo, a Rússia reconhece que a OSCE pode desempenhar um papel na procura de uma solução negociada para a Tchetchénia.

Na sua ofensiva contra a Tchetchénia, a Rússia ultrapassa já os níveis autorizados por este novo acordo, mas prometeu que os vai reduzir o «mais rapidamente possível» para os limites acordados.

O chanceler alemão, Gerhard Schroeder, foi o primeiro a assinar o documento, seguido de Bill Clinton, acto que decorreu na vasta sala de conferências, guardada por um dispositivo de segurança impressionante.

O ministro dos Negócios Estrangeiros russo, Igor Ivanov, assinou pela Rússia, uma vez que Boris Ieltsin partira para Moscovo quinta-feira à noite.

O Tratado sobre as Forças Convencionais na Europa é uma versão revista de um acordo assinado em 1990 entre a NATO, e o que então era o Pacto de Varsóvia.

O tratado de 1990 fixava o número máximo de tropas, tanques, blindados, helicópteros, aviões de combate e artilharia das duas alianças, tendo permitido a eli-



minação de mais de 50 mil peças de equipamento.

O acordo foi renegociado para fixar o limite máximo por países e por regiões.

«O tratado de 1990 foi celebrado para pôr fim a um confronto militar que ditou o destino de um continente durante décadas», declarou o Presidente turco, Suleyman Demirel, adiantando de seguida que «o tratado revisto continuará a servir de pedra angular de segurança na Europa».

Os 54 membros da OSCE aprovaram depois uma Carta de Segurança para o século XXI, que visa reger a relação entre os Estados.

O texto, negociado por iniciativa da Rússia, tenta também distribuir os papéis entre as diferentes organizações internacionais.

Os dirigentes da OSCE aprovaram de seguida, por consenso, a declaração final negociada passo a passo.

### Portugal candidata-se à Presidência em 2002

Um dia antes destas assinaturas históricas, o primeiro-ministro português, António Guterres, anunciava a candidatura portuguesa à presidência da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) em 2002, ao falar na

recta final da terceira cimeira.

O chefe de Governo português conversou com a Imprensa nacional acreditada na capital turca para cobertura do evento, antes do jantar de gala oferecido pela Presidência turca aos 54 chefes de Estado e Governo participantes na cimeira.

Se a candidatura à presidência da OSCE for bem sucedida, Portugal entra para a troica a 1 de Janeiro de 2001, em plena liderança da Roménia e com o anterior titular do cargo, a Áustria, como parceiro. Fazendo um balanço dos trabalhos da jornada e relativamente ao adiantamento da assinatura da Carta de Segurança Europeia, Guterres deixou uma interrogação.

No entender de António Guterres, a questão é saber, por um lado, o que estão dispostas a aceitar as autoridades de Moscovo e, por outro, o que será considerado «suficiente» para os países-membros da OSCE, de modo a não se assistir, no curto prazo e por omissão, à possibilidade de violação dos acordos.

Ao fim da tarde do dia 18, um porta-voz oficial alemão anunciou que a Rússia aceitava um acordo de princípio reconhecendo o papel da OSCE na procura de uma solução política para a Tchetchénia, situação que abriu a via para a assinatura da Carta de Segurança Europeia nesta Cimeira.

«O teor do texto em discussão reflecte - disse o primeiro-ministro português - a arquitectura da segurança na Europa do século XXI, sendo da maior importância para o futuro colectivo».

«Neste quadro, o problema tchetcheno é claramente catalisador das opiniões públicas internacionais, seja na vertente dos Direitos Humanos, como nos das minori-

as étnicas», acrescentou.

De resto, a delegação chefiada pelo Presidente Boris Ieltsin, que regressou ao fim do dia de quinta-feira a Moscovo, pôs também óbices ao nível da Declaração Final de Istambul, no referente quer à defesa das suas bases militares na Moldóvia e Geórgia, quer ao «Princípio do Menos Um» - incapacidade de pronunciação, em causa própria - acerca do conflito tchetcheno.

Mesmo com um tal pano de fundo, António Guterres venceu que o Ocidente não está refém da estabilidade na Rússia e, lembrando o papel da NATO, desejou uma segurança generalizada.

Acerca da capacidade da OSCE de fazer a gestão de conflitos, Guterres frisou que nunca há testes definitivos à capacidade das grandes organizações e, a propósito, lembrou que, se a organização perdeu algumas ocasiões, tal como a NATO, em muitas outras ganhou.

A propósito, notou que as Nações Unidas foram cruciais para salvar Timor-Leste e concluiu que «o consenso é a tônica maior da OSCE».

Na vertente do Tratado sobre as Forças Convencionais na Europa (CFE), o primeiro-ministro de Portugal registou que o terrorismo, os ataques a populações civis e a definição das fronteiras russas no sul caucasiano são igualmente pomo de discordância no preâmbulo do documento.

A assinatura da Carta de Segurança Europeia foi aprovada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros russo, Igor Ivanov, que permaneceu em Istambul.

O mesmo ocorreu com o Tratado CFE e com a Declaração Final de Istambul, que rematou os trabalhos da cimeira.

## LELLO EM PARIS EM MARÉ DE INAUGURAÇÕES

**A**reia, cimento e cultura marcaram a passagem no dia 19 por Paris do secretário de Estado das Comunidades que esteve na Cidade-Luz para participar na sessão de encerramento da oitava edição do Festival de Teatro da CCPF.

No dia 19, de manhã, José Lello inaugurou uma central de cimento e de tratamento de areias em Vitry, à beira do Sena, a alguns quilómetros da Torre Eiffel.

Esta central ultramoderna é a quinta instalação deste género que pertence à sociedade SNB, de Armando Lopes, um empresário português radicado em França há mais de 30 anos.

Lello disse que esta inauguração foi «uma referência do êxito dos portugueses que é feito em áreas de inovação, com preocupações ambientais de produtividade e de qualidade no seio da sociedade francesa».

«É a referência da nova estirpe de empresários que aqui, sem perderem as suas raízes, afirmam o melhor da qualidade dos portugueses e a honestidade com que aparecem no mercado, afirmando essas qualidades que são bem portuguesas e muito nos honram», disse.

A meio da tarde, Lello procedeu à inauguração das novas instalações da Coordenação das Colectividades Portuguesas em França (CCPF) no XX Bairro parisiense, disponibilizadas pela municipalidade local, no quadro da colaboração com as associações portuguesas, nomeadamente no Festival de Teatro.

São 250 metros quadrados de escritórios, com uma ampla casa que vai permitir à CCPF «desenvolver ainda mais o trabalho desta estrutura, que congrega 170 associações em França», disse Aurélio Pin-

to, presidente da CCPF.

O orçamento anual é de 10 milhões de francos (cerca de 300 mil contos), um quarto dos quais é proveniente de subsídios estatais franceses, contando a CCPF actualmente com oito funcionários permanentes.

Para Lello, estas instalações são um facto muito importante e relevante, porque «resultam de um apoio e de uma ajuda das autoridades municipais de Paris e resultam porque a CCPF tem granjeado prestígio e afirmação no seio desta comunidade».

Segundo o secretário de Estado, é também o resultado do facto de haver uma atitude nova da comunidade portuguesa, em que «sentimos uma grande estima pelo Portugal moderno».

«Mas devemos ter em conta que as comunidades portuguesas, designadamen-

te em França, também evoluíram, afirmaram-se e desenvolveram-se em todos os níveis, económico, social, mas também no cultural», acrescentou.

### Festival de Teatro Português

José Lello esteve também presente no encerramento da oitava edição do Festival de Teatro Português em França, que terminou com a representação, no Théâtre de Neuilly da peça «As obras completas de William Shakespeare em 97 minutos» pela Companhia de Teatro do Chiado/Teatro Estúdio Mário Viegas (Lisboa).

O Festival de Teatro Português em França começou no dia 21 de Outubro e durante cerca de um mês teve a participação de 33 grupos de teatro de Portugal, França e Bélgica em espectáculos em várias cidades de França.

TIMOR-LESTE

Dili

## XANANA GUSMÃO COMEMORA LIBERDADE A LIMPAR A CAPITAL

**H**á sete anos (20 de Novembro de 1992) Xanana Gusmão era preso em Dili. No passado sábado (20 de Novembro de 1999), pela primeira vez desde que saiu da prisão, comemorou com o povo da capital a liberdade e dedicou o dia à limpeza de Timor-Leste.

Dili já estava a precisar de um dia assim e Xanana deu-lhe. Com uma segurança discreta (meia dúzia de soldados brasileiros e outros tantos das Falintil), o líder do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) pôde misturar-se com o povo, coisa que até agora ainda não lhe tinha sido permitido fazer.

De camuflado e sempre acompanhado por João Carrascalão e David Ximenes, Xanana começou o dia bem cedo, percorrendo ruas de Dili apinhadas de gente e enfeitadas desde a véspera. Muitas palmas e «vivas» acompanharam-no sempre. Xanana quis mostrar-se e misturar-se com as pessoas mas também deixar-lhe um recado, tendo para tanto instituído 20 de Novembro como o Dia da Limpeza Nacional.

Para dar o exemplo, Xanana passou uma hora dentro dos escombros dos antigos



correios de Dili, sob calor insuportável e de nuvens de pó, tirando ferros retorcidos, varrendo e limpando.

Na rua, também centenas de pessoas usavam pequenas vassouras e varriam as

imediações, embora a maior parte preferisse aguardar que o presidente do CNRT acabasse o seu trabalho. Afinal estavam ali para o ver.

«Mandámos que as pessoas se dividissem em vários grupos, mas como todos querem é ver Xanana ficarem aqui», explicou um dos organizadores.

Antes, Xanana Gusmão já tinha pedido uma vassoura, para trabalhar ali até «transpirar o máximo», para sentir o que cada um sentiu quando andou a limpar a sua casa.

«Este trabalho (de limpeza), não se espere que alguém o venha pagar. É altura de sermos nós a limpar a nossa casa, a nossa terra. E eu também quero, com as minhas próprias mãos, limpar esta terra que foi destruída», disse o dirigente timorense, salientando que não quer ficar à espera,

sentado numa cadeira ou dentro de um carro, que os outros façam o trabalho.

«Dili agora já não é como cheguei, quando estava tudo sujo. Hoje a cidade está mais limpa, apesar dos edifícios queimados», afirmou, congratulando-se pelo facto de o seu apelo recente, para que limpassem a cidade, ter sido ouvido.

Apesar das boas intenções, a jornada de limpeza de Xanana Gusmão durou pouco mais de uma hora, o suficiente para ficar escurecido com o pó e «transpirado ao máximo», como pretendia.

Ele e vários voluntários carregaram depois uma camioneta de lixo. Um gesto simbólico, para levar as pessoas a acabarem esse trabalho de limpeza, como afirmou João Carrascalão, outro dos líderes do CNRT. Até porque outro trabalho aguardava Xanana. No ginásio, milhares de pessoas esperavam que o líder lhes fosse falar.

### Holbrooke negocia repatriamentos

O embaixador dos Estados Unidos nas Nações Unidas, Richard Holbrooke, conseguiu no dia 22 mediar em Timor-Leste a assinatura de um acordo entre a ONU, a Interfet e a Indonésia sobre a fronteira com Timor Ocidental e a repatriação de refugiados timorenses, calculados em cerca de cem mil.

Em declarações aos jornalistas, Holbrooke disse que uma das razões por que os refugiados não estão a querer regressar a casa se deve a «uma forte campanha de mentiras e contra-informação». «Estão a ser informados que os confrontos ainda estão a decorrer. O Governo indonésio deveria tirar as pessoas dos campos, deixar ficar quem quer e dizer aos outros que já é seguro voltar a casa», disse.

DIREITOS DAS CRIANÇAS

UNICEF denuncia

## MILHÕES DE CRIANÇAS MORREM TODOS OS ANOS DEVIDO A CAUSAS EVITÁVEIS

A UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância, ao comemorar os dez anos da Convenção sobre os Direitos das Crianças (CDC) adoptado pela ONU, considera que o «mundo melhorou apesar de muitas decepções».

Numa cerimónia realizada nas Nações Unidas para celebrar o 10.<sup>o</sup> aniversário do CDC, (20 de Novembro de 1989), Carol Bellamy, directora-executiva da UNICEF frisou que a instituição do documento do direito internacional, a que é atinente o CDC, «estimulou a realização de reformas legais em dezenas de países espalhados pelo mundo, obrigando governos a encarar seriamente a saúde e bem-estar das crianças».

Reconhecendo aspectos aquém dos objectivos ambicionados, Bellamy salientou a convicção de utilizar a CDC como uma «alavanca capaz de contribuir para a adopção de novas medidas por parte de dirigentes e comunidades em todos os lugares».

A directora-executiva apontou que a CDC foi ratificada por 191 países, tornando-se o tratado mais amplamente aceite em toda

a história das Nações Unidas, tendo dado alguns exemplos, designadamente as Filipinas que elaboraram «legislação que protege as crianças contra a exploração sexual», o Sri Lanka, que passou a idade de consentimento sexual dos 12 para os 16 anos.

Também no Brasil o orçamento nacional mostra actualmente os montantes atribuídos pelos diversos sectores às crianças, e na Índia e África do Sul, em que decisões importantes relacionadas com o bem-estar das crianças articulam-se com princípios estabelecidos no CDC.

«O processo de revisão legal inerente às crianças está em revisão em 23 países», lembrou Carol Bellamy.

O mesmo documento permitiu à UNICEF negociar no Sri Lanka um acordo que eleva a idade mínima de recrutamento militar para os 18 anos, conseguindo no Ruanda a desmobilização de todas as crianças com menos de 18 anos.

No entanto, «todos os anos morrem 12 milhões de crianças inteiramente devido a causas evitáveis», comentou a responsável pela UNICEF.

ÁUSTRIA

Xenofobia

## DEZENAS DE MILHAR DE MANIFESTANTES CONTRA O RACISMO EM VIENA

Dezenas de milhares de pessoas manifestaram-se, no dia 12, contra o racismo, no centro de Viena, depois de um líder da extrema-direita se ter afirmado arrependido de ter proferido declarações pró-nazis.

Quando a manifestação se concentrava na praça diante da catedral, o presidente da Acção Católica Christian Friesl, um dos organizadores, estimou o número de participantes em 50 mil.

No início do ajuntamento perante o Parlamento, a polícia fez uma primeira estimativa de 20 mil manifestantes.

A marcha foi organizada contra a xenofobia patente na campanha eleitoral da extrema-direita de Joerg Haider e na política de emigração do Governo.

O FPÖ de Joerg Haider tornou-se o segundo partido da Áustria nas eleições legislativas do passado dia 3 de Outubro.

## AGÊNCIA EUROPEIA APONTA PRIORIDADES

**A** Agência Europeia do Ambiente, que congrega associações de defesa do ambiente dos Quinze, entregou, no dia 19, ao responsável português pela tutela as questões que considera prioritárias em matéria ambiental para a presidência portuguesa da União Europeia.

No documento, o organismo europeu (EEB - European Environmental Bureau), que integra 129 associações dos países-membros da UE, destaca a influência do presidente da União Europeia nos assuntos a agendar para discussão, elegendo 13 prioridades para os seis meses de presidência portuguesa, com início em Janeiro próximo.

As alterações climáticas são uma das questões que mais preocupa a Agência Europeia, salientando o papel dos Quinze no sucesso do protocolo de Quito, que estabelece os limites de emissão dos gases responsáveis pelo «efeito estufa».

Com os olhos postos na 6ª conferência das partes, a realizar-se no ano 2000, o EEB alerta para o compromisso assumido pelos países da UE de ratificar o protocolo até 2002, bem como a promoção de medidas em cada país para reduzir os níveis de emissões, nomeadamente através das energias renováveis, atacando os sectores mais culpados: transportes, indústria e energia.

Apelando a uma «política integrada de ambiente», o organismo europeu defende a introdução no Tratado da Europa do estabelecimento do «direito a um ambiente limpo e saudável», bem como a autoridade do Tribunal Europeu de Justiça para os casos ambientais interpostos por cidadãos ou organizações contra instituições



europeias e Estados-membro da União. «Fazendo isto, a UE cumpriria as promessas ambientais feitas no Tratado de Amsterdão», refere o documento.

O EEB chama ainda a atenção para a necessidade do estabelecimento de planos sustentáveis de turismo, exortando o Governo português a que inicie este debate no seio dos Quinze durante a sua presidência.

Em matéria de legislação, a Agência Europeia alerta Portugal para a importância das negociações em torno da directiva sobre Avaliação Estratégica do Ambiente, que decorrerão durante a presidência, bem como para as normas europeias sobre os veículos em fim de vida, incineração e poluição do ar, *dossiers* com os quais o Exe-

cutivo português terá de lidar.

Apelando à presidência portuguesa para que apoie a prevenção da produção de resíduos e a responsabilidade que nisso têm os produtores, o EEB lamenta, contudo, que Portugal seja um dos países que se opõe à proposta da Comissão Europeia sobre os limites nacionais de emissões, que poderá tornar-se, para a agência europeia, «uma peça-chave nas políticas de ambiente».

Os países-membros relutantes a esta proposta argumentam com os custos a ela inerentes, mas a EEB não se remove, exortando Portugal a que «mude a sua posição e tome a liderança na União Europeia na protecção da natureza e da saúde humana dos efeitos negativos dos níveis de

ozono e acidificação».

Também a Rede Natura 2000 - conjunto de sítios protegidos pela União Europeia, segundo a directiva Habitats - não foi esquecida pelo EEB, que aponta para os atrasos da sua implementação, causados muitas vezes pela relutância das autoridades locais na óptica de que tal classificação levaria a um menor desenvolvimento. Tendo em vista que, de facto, algumas actividades económicas estão limitadas nos locais classificados na Rede Natura 2000, o EEB sugere a utilização de fundos da Comunidade Europeia nestes locais. «No interesse da implementação desta directiva, em especial nos países ricos em espécies e habitats, como é o caso de Portugal, gostaríamos que a presidência portuguesa criasse mecanismos que dessem prioridade à aplicação dos fundos de coesão, estruturais e de ambiente nos locais da Rede Natura, bem como os instrumentos financeiros necessários para cofinanciar as actividades de conservação», lê-se no documento.

Do EEB, fazem parte as portuguesas Quercus, Liga para a Protecção da Natureza, GEOTA, FAPAS - Fundo para a Protecção dos Animais Selvagens, o Núcleo Português de Protecção da Vida Selvagem e a Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, sendo o representante nacional na direcção do organismo europeu Fernando Neves de Carvalho, da Associação de Defesa do Património e Ambiente de Vila Franca de Xira. Para entregar as recomendações ao ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, José Sócrates, deslocou-se a Portugal o secretário-geral do EEB, John Hontelez.

## SUBLINHAR O ESSENCIAL...

**O** Mundo da Ciência e da Tecnologia no universo português iniciou, no dia 22, uma semana de portas abertas destinada a sublinhar o essencial de uma área que é o motor mais potente do desenvolvimento. Desde segunda-feira que centenas de iniciativas por todo o País preenchem a segunda edição da Semana da Ciência e da Tecnologia, uma iniciativa do Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT), que conta com a adesão de universidades, centros de investigação, escolas, laboratórios do Estado, associações culturais e científicas, empresas, museus, autarquias e politécnicos.

Trata-se de uma iniciativa de divulgação destinada a trazer até junto do público a ciência, a tecnologia e a sociedade de in-

formação, com o objectivo de promover a cultura científica e tecnológica na sociedade portuguesa.

«A ideia não é simplificar, mas sublinhar o essencial» nas diversas áreas do meio, frisou o ministro da Ciência e da Tecnologia, José Mariano Gago.

No fundo, pretende-se conceder um espaço temporal para que instituições e empresas envolvidas na investigação e no desenvolvimento «vistam» paredes de vidro. Foram muitos os momentos agendados, mas houve pontos mais altos que mereceram a atenção do Governo e do chefe do Estado. O ministro da Ciência e da Tecnologia, o chefe do Governo, António Guterres, e o Presidente da República, Jorge Sampaio, testemunharam algumas das realizações previstas.

Tudo isto para divulgar o mais possível que Ciência se faz em Portugal, quem são os investigadores portugueses, como trabalham, o que procuram e que resultados obtêm.

No dia 22, entre muitas outras actividades programadas por todo o País, destacou-se o evento do Oceanário de Lisboa, no Parque das Nações, onde foi mostrado aos interessados os bastidores que viabilizam as condições de sobrevivência das espécies em exposição.

No Porto, entre outras actividades, o Museu Nacional da Imprensa exhibe uma exposição, até ao dia 28, subordinada ao tema «250 anos de Imprensa Científica», e apresenta o «Zodiaco Lusitânico-Delphico», primeira publicação científica editada em Portugal, impresso no Porto, em 1749.

Da escavação à exposição - a Arqueologia em estaleiro é a exposição que em Castelo Branco estará patente, até domingo, no Museu Francisco Travares Prouença Júnior, para mostrar em que consiste o trabalho do arqueólogo.

Na Madeira realizou-se uma conferência sobre concepção de páginas de Química na Internet, na Universidade da Madeira (Departamento de Química - Complexo da Penteadá).

As iniciativas concretizadas só na segunda-feira envolveram quase 30 localidades no território do continente e ilhas dos Açores e da Madeira.

«Que sejam dias de aprendizagem, de curiosidade e de partilha de conhecimentos», sublinha um documento de apresentação da iniciativa divulgado pelo MCT.

CONFERÊNCIA

Ministro reafirma

## EDUCAÇÃO MANTÉM-SE COMO PRIMEIRA PRIORIDADE

**A** Educação vai continuar a merecer na legislatura que agora começa uma especial atenção do Governo socialista.

A paixão pela Educação, ao contrário do que alguns pretendiam fazer crer, não é passageira, é duradoura e vai ficar ainda está mais sólida. É a consolidação de uma prioridade do Governo PS.

No dia 17, o ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins reafirmou a vontade governamental de manter a Educação como primeira prioridade, destacando algumas medidas emblemáticas dessa escolha política.

Em conferência de Imprensa realizada para apresentar a nova equipa, Guilherme d'Oliveira Martins anunciou medidas que conside-



dera fundamentais para o prosseguimento

das apostas definidas no programa do Executivo.

Para o ensino superior e numa tentativa de «arrumar a casa», o ministro revelou que será proposta à Assembleia da República até final de Dezembro uma lei-quadro do Ensino Superior.

Com este diploma o Executivo socialista pretende regular a globalidade do sistema, fixando regras comuns a todos os subsistemas, estabelecendo a vocação e a natureza do ensino universitário e do ensino politécnico.

O secretário de Estado do Ensino Superior, José Reis, explicou que a lei visa caracterizar os princípios gerais da rede de ensino superior, estabelecer os conceitos que pre-

sidem à concessão de graus e ao tipo de subsistema que é apropriado para cada um deles assim como promover a organização institucional e as relações em cada subsistema para fins de carreira.

A lei-quadro, referiu, será objecto de concertação com os parceiros sociais. Ainda ao nível do ensino superior, o Ministério da Educação propõe-se assegurar a progressão sustentada das taxas de frequência, garantindo capacidade de resposta às exigências de profissões qualificadas, assim como tomar iniciativas para superar o vazio legal que considera existir quanto a incompatibilidades de titularidades de cargos dos docentes do sector público e do particular e cooperativo.

CULTURA

Prémio Camões/99

## SOPHIA RECEBEU GALARDÃO QUE LEMBRA PORTUGUESES NO MUNDO

**S**ophia de Mello Breyner Andresen recebeu no dia 19 das mãos do Presidente da República o Prémio Camões/99, numa cerimónia em que a poetisa confessou ter aprendido o verdadeiro significado do galardão nas vozes dos portugueses espalhados pelo mundo.

Perante uma audiência que aplaudiu de pé a entrega do prémio, Sophia ouviu elogios à sua obra, mas também à pessoa que é: «Verdadeiramente aristocrata porque fez do que recebeu uma marca do espírito, uma exigência, uma responsabilidade e uma partilha», nas palavras do Presidente da República. Jorge Sampaio falou de uma Sophia «fiel à



liberdade e à justiça por dever da poesia, fiel à poesia por amor, da liberdade e da justiça» e sobre os seus poemas políticos que «souberam ser do tempo e além do tempo,

da circunstância e além da circunstância, particulares e universais, ao mesmo tempo». Antes do Presidente da República, o jurado do Prémio Camões Alçada Baptista referiu-se à galardoadora como «alguém que entrou na vida sem medo de nada».

**Unir o ético ao estético**

«Referência muito importante» na vida do escritor, Sophia de Mello Breyner conseguiu, segundo Alçada Baptista, realizar o sonho de «unir o ético ao estético».

Por isso, «a vida e a obra de Sophia se confundem», afirmou.

A agradecer as palavras a si dedicadas, a

poetisa lembrou algumas viagens realizadas, no decorrer das quais percebeu o verdadeiro significado do Prémio Camões nos povos com que se foi cruzando.

Como quando visitou Cabo Verde e encontrou a ouvir as suas palavras «rostos escuros novos com uma atenção tão densa que quase se podia tocar».

«São todas as vozes dos portugueses no mundo que constituem o Prémio Camões», sustentou.

Quatro poemas de Sophia, lidos pelo actor Luís Miguel Cintra, encerraram a cerimónia que decorreu no Palácio de Belém. O último - «Tão grande dor» - falou de Timor-Leste: «Dever que não foi cumprido e por isso dói.»

SOLIDARIEDADE

Trabalho infantil

## SANÇÕES A EMPRESÁRIOS CRIMINOSOS EM VIGOR A PARTIR DE DEZEMBRO

**A** criminalização dos empresários que reincidam na exploração do trabalho infantil é uma das medidas incluídas no novo esquema de sanções laborais que entra em vigor em Dezembro. A garantia foi dada, no dia 20, pelo ministro da Solidariedade. Ferro Rodrigues falava antes da sessão de comemoração do 10º aniversário da Convenção dos Direitos da Criança, que decorreu, sábado, no Centro de Comunicação Social do Parque das Nações e durante a qual foi apresentado o livro «Reforma do Di-

reito de Menores».

Embora considere a exploração do trabalho infantil como uma situação «ultramínoritária» em Portugal, apesar das constantes referências em todos os relatórios das Nações Unidas sobre a matéria, Ferro Rodrigues defende uma actuação ainda mais rigorosa sobre os prevaricadores.

Desta forma, o novo esquema de sanções laborais, que entra em vigor a 1 de Dezembro, prevê um reforço do montante das coimas a aplicar, bem como a criminalização para os empresários reincidentes.

«Fizemos um inquérito exaustivo à situação do trabalho infantil, em colaboração com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), e já desafiámos os parceiros da União Europeia a fazerem o mesmo», afirmou.

Além do combate à exploração do trabalho infantil, o governante considerou ainda o alargamento a todo o País das comissões concelhias de protecção de menores até ao final de 2000, como outra das prioridades.

Em matéria de defesa dos direitos das crianças «avancámos muito em muitas áreas nos últimos quatro anos, com a criação dos cen-

tros de acolhimento de emergência para crianças e jovens em risco, a rede de centros de acolhimento temporário, a facilitação do processo de adopção, o rendimento mínimo garantido», adiantou o ministro, reconhecendo no entanto, que «muito há ainda para fazer».

«Concluir o sistema de acolhimento de emergência temporária, através da Rede Nacional de Centros de Acolhimento Temporário e das Unidades de Emergência para crianças e jovens em risco, com funcionamento 24 horas por dia, até ao final de 2000» é outra das prioridades.

RTP

Reestruturação

## PROJECTO NÃO INCLUI DESPEDIMENTOS

**A** administração da RTP está mandatada para pôr em prática um projecto de reestruturação da empresa que não inclui despedimentos.

O novo organograma tem previsto o cargo de director de antena, que ainda não foi escolhido.

A informação foi dada no dia 17 aos jornalistas pelo ministro-adjunto, Armando Vara, no final da sua primeira reunião com o presidente do Conselho de Administração da RTP, Brandão de Brito, na qual também participou o secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho.

O ministro referiu que o projecto de reestruturação tem objectivos estratégicos «para o imediato» e para médio/longo prazo, ligados a questões financeiras e de organização.

Segundo Armando Vara, «o 'novo grupo' tem condições para avançar dentro de dois, três meses», com o objectivo de transformar a RTP «numa televisão de que todos os portugueses se orgulhem e na qual se reconheçam».

Referindo que vão registar-se mudanças ao nível do organograma da RTP, o ministro adiantou que o projecto de reestruturação visa «racionalizar custos da empresa», mas negou peremptoriamente a existência de um programa de



despedimentos.

«A RTP tem eventualmente pessoas a mais, mas a administração não fará uma lista das pessoas a dispensar», garantiu.

O ministro garantiu igualmente que «não é intenção do Governo privatizar nenhum dos canais da RTP», embora tivesse admitido que, «numa lógica de grupo empre-

sarial, pode haver alguns parceiros».

Em relação a estes e confrontado com a hipótese da Portugal Telecom, não a excluiu, mas adiantou não haver ainda decisões nesse sentido.

Armando Vara disse ainda que se procurarão criar condições para que não seja necessário aumentar o financiamento do

Estado à RTP, mas lembrou que durante algum tempo o primeiro não cumpriu o pagamento do serviço público e adiantou que será cumprido o prazo de pagamento das dívidas da RTP à banca.

O governante garantiu que a administração da RTP vai cumprir o mandato até ao final.

### Produção em língua portuguesa

Segundo Armando Vara, o futuro da RTP deve passar pela aposta numa informação «cada vez mais isenta» e pelo empenho na produção em língua portuguesa e na promoção e divulgação desta no mundo.

Em relação à questão do futuro director-geral, ou melhor, director de antena, a denominação prevista no novo organograma, Armando Vara lembrou que a escolha do ocupante do cargo não é feita pelo Governo, mas sim pela empresa.

«Em nenhum momento haverá intervenção do Governo, quer na escolha das pessoas quer nos conteúdos» da RTP, frisou, adiantando que ficará atento à escolha feita para se certificar de que apenas o «mérito e competência» presidiram à mesma. Brandão de Brito adiantou então aos jornalistas que ainda não está escolhido o director de antena, considerando ser «prematuro falar em nomes».

ALGARVE

Turismo

## RTA PATROCINA ESPECTÁCULO DE PASSAGEM DO MILÉNIO

**A** Região de Turismo do Algarve (RTA) tem uma nova dinâmica. O responsável é o seu novo presidente, Paulo Neves. As iniciativas sucedem-se e um novo impulso à actividade turística é já uma realidade.

Paulo Neves revelou no dia 19 em Faro que uma antiga fábrica de conservas à beira do rio Arade, no Algarve, será o palco para o espectáculo da passagem do milénio, patrocinado pela RTA e por um canal privado de televisão.

Alegando razões negociais, Paulo Neves recusou-se a divulgar qual o canal de TV que transmitirá o «show» em directo e de que tipo de espectáculo se trata.

Assegurou, no entanto, que ele próprio e os responsáveis da estação de TV assinaram o contrato a 6 de Dezembro.

O acontecimento terá lugar no futuro Pavilhão do Arade, no concelho de Lagoa, numa antiga fábrica de transformação de pescado recentemente adquirida por uma empresa constituída para o efeito - Central de Animação, SA -, em cujo capital inicial



(de 220 mil contos) entram a RTA, vários grupos empresariais e as câmaras de Silves, Portimão, Lagoa e Monchique.

O espaço, com 3.246 metros quadrados

de área coberta e 5.154 de área descoberta, será posteriormente transformado num pavilhão multissalas que servirá a área do barlavento, a juntar a um outro já em

fase de projecto, a ser construído no sotavento algarvio.

Paulo Neves falava no final da reunião do Conselho do Plano Regional de Turismo da RTA, em que ficou decidida a elaboração de um novo Plano Regional de Turismo, adequado ao III Quadro Comunitário de Apoio (QCA).

Segundo o presidente do órgão promotor do Turismo algarvio, o antigo Plano Regional de Turismo, datado de 1994, encontrava-se «desajustado face aos desafios dos próximos anos».

Chamando a atenção para as dificuldades em que vigorou o plano anterior, assegurou que o PRTA anterior «não tinha substracto financeiro para as medidas necessárias, apenas boas vontades», embora parte de tais medidas tenham sido concretizadas ao abrigo de outros programas regionais.

O novo PRTA, cuja elaboração custará cerca de 45 mil contos, deverá estar concluído dentro de três meses e estará em vigor nos próximos seis anos.



## Alcântara

### Boletim informativo

Saiu a edição número 4 do boletim informativo da Junta de Freguesia de Alcântara, referente a Setembro e Outubro.



«Notícias Alcântara» é o nome da publicação, que tem uma informação completa sobre as inúmeras iniciativas em diversas áreas promovidas pela Junta de Freguesia de Alcântara.

Destaque nesta edição para uma notícia de duas páginas sobre a morte de Amália Rodrigues, que viveu a sua infância em Alcântara.

## Fafe

### Jornadas de História Local

O fenómeno da emigração constituiu ao longo deste século um factor de desenvolvimento económico e cultural do concelho de Fafe, considerou no dia 12 o vereador da Câmara local, Antero Fernandes. Em declarações à margem das III Jornadas de História Local, o autarca socialista salientou que a influência da emigração no concelho começou no princípio do século com o regresso de muitos «brasileiros» que revolucionaram a actividade comercial e industrial local, em particular através da criação de fábricas têxteis.

«É certo que a emigração traz desagregação social, mas paradoxalmente, no caso de Fafe ela foi o principal factor de renovação e de afirmação municipal», acentuou, frisando que até ao começo do século Fafe era apenas uma região de características rurais.

As III Jornadas de História Local de Fafe que se centraram sobre o tema «Fafe no século 20» reuniram no Estúdio Fénix um total de 120 participantes que «através da apresentação de trabalhos de investigação histórica sobre os seus múltiplos e plurais aspectos», contribuem para o aprofundamento e a afirmação da identidade do município.

Os organizadores consideram o século que agora finda como o período de consolidação e de reforço do concelho, o seu arranque definitivo para o desenvolvimento e a modernidade.

Para o vereador socialista, os «retornados» brasileiros trouxeram também um surto de renovação arquitectónica, patente quer nas casas apalaçadas quer nas fachadas dos prédios do centro da cidade, e criaram as bases para o aparecimento do ensino público, que alastrou na primeira década do século a 13 freguesias.



«A instrução é também um forte factor de progresso e foram as indústrias que o exigiram», referiu, frisando que as escolas públicas facilitaram o aparecimento de cidadãos instruídos, os quais por sua vez deram continuidade ao desenvolvimento económico local.

Para Antero Fernandes, o sector têxtil, que em Fafe viveu sempre em regime de mono-indústria, tem sido o principal motor da economia local, e mantém um papel preponderante na criação de emprego, apesar das dificuldades vividas com a recente crise internacional do sector.

«Este regime, que nos vem do impulso emigratório, tem, também, desvantagens pois quando há uma falência numa fábrica é muito difícil arranjar alternativas de emprego para 200 ou 300 pessoas», sublinhou.

Para o vereador, a emigração mais recente, a dos anos 60, tem também trazido ao concelho novos investimentos nas mais diversas áreas, contribuindo para diversificação económica e para a modernização das aldeias.

## Lisboa

### Centro municipal de xadrez

O grande-mestre russo Gary Kasparov apadrinhou no dia 19, em Lisboa, a inauguração de um novo espaço dedicado exclusivamente à prática e desenvolvimento do xadrez.

O xadrezista russo, há 15 anos consecutivos primeiro classificado do «ranking» internacional, descerrou uma lápide alusiva à inauguração do Centro Municipal de Xadrez.

O Centro, inserido no Parque Municipal São João de Brito, tem o aspecto de uma cabana de madeira, estilo suíço, e como principal objectivo promover a prática do xadrez.

Kasparov abrilhantou desta forma a inauguração do novo espaço, cabendo-lhe ain-

da a distinção de ser a primeira pessoa a assinar o livro de honra.

Numa página, o grande-mestre russo agradeceu o convite a si dirigido, afirmando não ter qualquer dúvida que, apesar de este (inauguração do centro) ser um pequeno passo «será muito significativo para o futuro da modalidade no país».



De acordo com João Pereira, coordenador do Plano de Desenvolvimento de Xadrez da autarquia de Lisboa, a cidade está a viver uma semana «completamente histórica» para a modalidade, considerando a inauguração do centro «um sonho tornado realidade».

Segundo o responsável, o futuro do centro, que pretende recriar o ambiente de um clube de xadrez típico do século, passa não só pelas actividades que irá promover, mas sobretudo pelo interesse que a população lisboeta lhe quiser dispensar. Para além de uma biblioteca especializada na modalidade, o centro terá ainda à disposição dos curiosos e/ou amantes de xadrez uma sala de informática, com sete computadores ligados à Internet, e 18 mesas para a prática do jogo.

Segundo o responsável, o centro tentará ainda responder às necessidades e pedidos das colectividades de xadrez, federadas ou não federadas promovendo debates, conferências e torneios.

Os jovens e os menos jovens podem ainda frequentar aulas com monitores especializados, à semelhança do que vem sendo feito pelo PDX nos seus nove anos de actividade.

O centro, numa primeira fase, vai funcionar todos os dias, fim-de-semana inclusive, ao fim da tarde e noite.

## Pontinha

### XV aniversário da Freguesia

Numa iniciativa da Junta de Freguesia da Pontinha, presidida pelo socialista José Francisco Guerreiro, decorreu no passado dia 17 a sessão pública de apresentação do livro «Memórias da Pontinha», uma publicação que pretende fazer um relato da história da Freguesia.

Tratou-se de uma iniciativa inserida no âmbito das comemorações dos 15 anos de vida da Freguesia, promovidas pela Junta.

## Porto

### ETAR do Freixo

O presidente da Câmara do Porto, Nuno Cardoso, visitou no dia 11 a ETAR do Freixo, onde se inteirou da conclusão dos trabalhos da primeira de duas estações de tratamento de águas residuais a entrar em funcionamento na cidade.

A ETAR do Freixo tem um custo de cerca de 4 milhões de contos e faz parte, juntamente com a ETAR de Sobreiras, em início de construção, do plano integrado da autarquia para a despoluição do rio Douro.

## Santo Tirso

### V Simpósio Internacional de Escultura

Realizou-se no passado dia 20 a cerimónia de encerramento do V Simpósio Internacional de Escultura de Santo Tirso, que consistiu de uma exposição, uma visita guiada às esculturas resultantes do evento e um almoço.



O Simpósio é uma iniciativa cultural que o município de Santo Tirso leva a efeito de dois em dois anos visando a dinamização e enriquecimento dos espaços públicos do concelho.

## Sintra

### Mais estacionamento para o Cacém

A Câmara Municipal de Sintra vai construir um parque público de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras e parcómetros à superfície na Av. dos Bons Amigos e adjacentes no Cacém.

O município visa com esta nova infra-estrutura disciplinar o estacionamento, minimizando o congestionamento do trânsito local e aumentando consideravelmente o número de lugares para estacionar.

A construção do parque de estacionamento será realizada através de concurso público, destinado à concepção/construção e exploração do parque, incluindo ainda a concessão de exploração de parcómetros à superfície, na zona envolvente.



## PS EM MOVIMENTO

### ÉVORA

#### Comunicado da Federação

A Federação Distrital de Évora, num comunicado do dia 16, congratulou-se com uma medida governamental com «importantes reflexos» no distrito, ou seja, a possibilidade do interior do país passar a dispor de gás natural.

«Na verdade, na última reunião do Conselho de Ministros, o Governo aprovou um decreto-lei que possibilita a importação e transporte de gás natural em regime de serviço público nas zonas não abrangidas pela concessão regional», lê-se no comunicado.

Até agora, lembram os socialistas de Évora, «fruto de uma decisão do último Governo de Cavaco Silva, o gás natural apenas chegava às regiões do litoral do país, impedindo que as zonas do interior dispusessem desta forma de energia mais barata».

#### Gás natural chega a Évora

Assim, sublinha o PS/Évora, também o nosso distrito «passará a dispor de condições para o aproveitamento do gás natural, com forte impacto nos domínios económico, social e ambiental».

Por isso, o Secretariado da Federação de Évora do PS «congratula-se com esta tomada de posição do Governo, em defesa das regiões mais desfavorecidas do país».

### OURÉM

#### PS critica autarquia

Os vereadores socialistas na Câmara Municipal de Ourém manifestaram-se no passado dia 17 contra a eventual aquisição pela autarquia de um aeródromo ilegal existente em Giesteira, próximo de Fátima.

A compra da pista e das estruturas já existentes foi admitida nos últimos dias pelo presidente da Câmara de Ourém, David Catarino, do PSD, tendo uma proposta sido levada à reunião do município, na qual a autarquia se manifestava disponível para a concretização do negócio.

Os vereadores socialistas, contrariando a opinião de David Catarino, consideram que a autarquia «não tem vocação de proprietário de um equipamento» daquela natureza.

Os socialistas não põem de parte, no entanto, a possibilidade da Câmara ser um dos subscritores de capital social de uma futura sociedade gestora do aeródromo, depois da infra-estrutura estar devidamente legalizada.

A aquisição do aeródromo da Giesteira por parte da autarquia terá sido encarada pelo presidente da Câmara num quadro de resolução dos conflitos que desde há muito opõem o proprietário da infra-estrutura - o empresário local Joaquim Clemente, actual líder concelhio do Partido Popular - e a autarquia.

Na base dos problemas estão questões relacionadas com a propriedade de terrenos confinantes com a pista de aterragem, com Clemente a ser acusado de ocupação de uma parcela que não lhe pertencia, o que levou mesmo o caso à Provedoria de Justiça.

### PENHA DE FRANÇA

#### Miguel Coelho reúne com militantes

Promovida pela Comissão Política Concelhia de Lisboa do PS, realizou-se no passado dia 22 uma reunião do camarada Miguel Coelho com os militantes das Secções da Penha de França e São/Beato.

Nas renovadas instalações da Secção da Penha de França, fruto do notável trabalho do Secretariado desta estrutura, o camarada Miguel Coelho e os militantes presentes debateram a actual situação política.

A reforma do sistema político, a saúde e a justiça foram os temas dominantes abordados neste encontro.



## Concelhia de Tondela

Jantar comemorativo – 25º aniversário

11 de Dezembro, 20.30 horas

Quartel dos Bombeiros Voluntários (Campo de Besteiros)

#### Inscrições

Camaradas Jorge Marques (96-6496525)  
e Rui Faria (96-6170081)

*Que ninguém falte  
a esta grande jornada  
de confraternização socialista*

## Plenário de militantes

Hoje, dia 25, às 21 horas

Hotel Altis (Lisboa)

Presença de um camarada do Secretariado Nacional

#### Organização

Comissão Permanente do Secretariado Nacional  
em colaboração com a FAUL





## HÁ DEZ ANOS...

**P**arafraseando o título de um livro célebre do jornalista americano John Reed, sobre a revolução russa de 1917, Dez Dias Que Abalaram o Mundo, o Courrier International desta semana organizou um dossier sobre os dez anos decorridos após a queda do Muro de Berlim a que, curiosamente, chamou «Dez anos que abalaram o mundo». Na verdade assim foi. As transformações realizadas por via pacífica, quase natural, a nível geoestratégico mundial, foram tão inesperadas e radicais - a modificação nas relações de força entre os Estados, no seio das alianças e, sobretudo, nas próprias concepções, mentalidades e comportamentos dos «fazedores de história» - que nada ficou igual ao que era. Com a queda do Muro de Berlim, veio a destruição da Cortina de Ferro e, logo a seguir, deu-se o colapso do comunismo, como ideologia e sistema de governo. As consequências - positivas e negativas - fizeram-se sentir em todos os continentes. A tal ponto que alguns historiadores sugerem, com razão, que o nosso tumultuoso século - «a era dos extremos», como lhe chamou, com rara lucidez, o historiador inglês marxista Eric Hobsbawm - terminou em 1989, da mesma maneira que o século XVIII havia terminado em 1789, com o início da Revolução Francesa.

Século de revoluções e contra-revoluções, de rara violência, que assistiu ao eclodir de dois totalitarismos de sinal contrário - o comunismo e o nazismo -, a duas guerras mundiais, a hecatombes, holocaustos e genocídios, a inúmeras guerras civis, ao desfazer do colonialismo, ao aparecimento do terrorismo à escala planetária, sem esquecer o terrorismo de Estado, e ao reaparecimento de novos nacionalismos e fundamentalismos religiosos e políticos, o nosso século encaminhou-se para o seu fim, precisamente em 1989, em paz, celebrando o triunfo universal da democracia liberal, que muitos assimilaram, indevidamente, à generalização da economia de mercado, e a observância formal dos direitos humanos. Fukuyama, com excesso de euforia, que a guerra do Golfo iria demonstrar, proclamou que havíamos chegado ao fim da história. Huntington, noutra linha, sugeriu que os conflitos sociais e a luta de classes - considerados como o motor da história durante todo o século - seriam substituídos pelo choque de civilizações. A ver vamos... Mas o mundo - isso é certo - não ficou mais simples nem mais fácil.

Toda esta imensa mutação, sublinhe-se, ocorreu de uma forma vertiginosa e, apesar de tudo, singularmente pacífica. Facto insólito num tal século!

Realmente tudo começou simbolicamente com a queda do Muro de Berlim, precisamente em 9 e 10 de Novembro de 1989. Quem, como eu, conheceu o peso esmagador do «muro da vergonha», fonte de tantos sofrimentos, físicos e psicológicos,



e que consagrou, durante décadas, a humilhação do povo alemão e constituiu, para os dois hemisférios, a expressão emblemática de um mundo irremediavelmente dividido, resulta incompreensível como tudo se passou com tão aparente facilidade, sem choques graves, graças à simples expressão da vontade popular. Os primeiros sinais de mudança tinham ocorrido quando Gorbachev, quatro anos antes, chegou ao poder, cooptado pelo velho aparelho partidário, como secretário-geral do PCUS. Veio com uma voz nova e uma imagem sorridente. Anunciou uma política de reformas (perestroika) e a intenção, coisa altamente revolucionária, de dizer a verdade e impor a transparência (glasnost).

Encontrei Gorbachev três anos depois, na visita oficial que fiz, em 1987, à então ainda URSS. As conversações que mantive com ele deram-me a convicção de que era de facto um homem diferente, embora segregado pelo aparelho do partido. Não utilizava a langue de bois, como dizem os franceses. Transmítia aos seus interlocutores a vontade sincera de entendimento com o Ocidente, para poder flexibilizar e modernizar o rígido regime que herdara. Teria coragem para isso? Compreenderia as consequências, em toda a

sua extensão, a que conduziria uma tal política? Escrevi sobre ele nessa altura, nomeadamente nas intervenções, manifestando a confiança que me inspirou. Julgo não me ter enganado. Gorbachev foi o homem que - mais do que qualquer outro - marcou o final do século.

Não foi, contudo, somente Gorbachev que deu o impulso para a grande transformação ocorrida na última década do século. Ele abriu as fendas da muralha por onde as correntes haveriam de passar, transformando-se em avalanche. Houve outro homem que saltou sobre os acontecimentos e, por forma audaz e clarividente, «forçou a história». Refiro-me a Helmut Kohl, o gigante alemão, que dez meses depois da queda do Muro impôs a reunificação da Alemanha, destruindo a ordem delineada em Ialta. Teve a presciência de abrir os cordões à bolsa alemã (quando outros pensavam apenas contabilizar os marcos), encorajou polacos, húngaros, checos e, ao mesmo tempo, negociou e convenceu franceses (Mitterrand) e americanos (Bush) quanto ao reforço da Comunidade Europeia (União Económica e Monetária, moeda única, União Europeia) sem pôr minimamente em causa - antes pelo contrário - o necessário alargamento da NATO. Em 7 de Outubro de 1989 Gorbachev vai

a Berlim e dá a Honnecker, o impedido ditador da Alemanha de Leste, «o beijo da morte». A partir de então a queda deste tornou-se apenas uma desagradável sucessão de acontecimentos. Kohl, entretanto, em 28 de Novembro de 1989 - oito dias depois da queda do Muro -, apresenta o seu plano em dez pontos visando a reunificação. Mas, claro, não ignorava as reticências de russos, franceses, americanos e outros. Mas isso não o desencorajou. A partir de então multiplicou-se em iniciativas. No encontro, no Cáucaso, com Gorbachev, em Julho de 1990, convenceu-o a aceitar a reunificação, prometendo-lhe, como contrapartida, fortes apoios para as reformas internas da URSS. A 1 de Junho do mesmo ano os chefes da diplomacia das quatro potências assinam o acordo que põe termo aos seus direitos sobre a RFA e sobre Berlim. O Pacto de Varsóvia dissolve-se em 1 de Abril de 1991. Em Dezembro do mesmo ano dá-se o colapso da União Soviética, destruída por dentro, 74 anos depois da tomada do poder pelos bolcheviques - depois dos históricos «dez dias que abalaram o mundo». Que espectacular transformação! Mas a história, essa, continua a surpreender-nos...

In «Diário de Notícias»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

**Teatro em Albufeira**

A final do III Concurso de Fado Amador realiza-se, no dia 27, às 21 e 30, no Auditório Municipal. O mesmo palco servirá de cenário, dois dias mais tarde, às 15 horas, para a apresentação, pela ACTA – Companhia Teatral do Algarve, da peça «A Barraca do Gregório – Teatro de Robertos».

**Garrett em Cascais**

«Rua Garrett» é o título da peça teatral de Armando Caldas, que poderá ver, até ao dia 18 de Dezembro, no Auditório Municipal Lourdes Neto, de sexta-feira a sábado, às 21 e 30.

**Fotografias em Coimbra**

Hoje, o Teatro Académico de Gil Vicente será palco para a apresentação da peça «Aula espectáculo sol a pino» Terminam amanhã os «Encontros de Fotografia», um espaço de reflexão sobre imagens com história que tem estado aberto ao público, na sala da Cidade. A Casa Municipal da Cultura promove, no dia 27, pelas 15 horas, a conferência «O século da mulher». No mesmo dia, os amantes do colecionismo poderão visitar, na Praça Velha, a tradicional Feira das Velharias. A Biblioteca Infantil/Ludoteca convida os alunos do 1º ciclo do ensino básico a escutar «Perseu e a Medusa» - uma hora do conto inspirada nas pinturas que Edward Burne-Jones dedicou ao ciclo de Perseu. Os grupos escolares que desejarem participar não deverão ultrapassar as 25 crianças e deverão inscrever-se previamente, através do telefone 239702630.

**Leitura em Fafe**

Termina hoje, no Auditório da Casa Municipal da Cultura, um seminário dirigido aos docentes do 1º ciclo do ensino básico e educadores de infância do concelho. Sob o tema «Para um projecto de leitura do mundo – leitura de livros», o evento está associado à mostra «Sem luvas», com fotografias de Olívia da Silva, que se encontra patente, na Galeria Municipal, até ao dia 3 de Dezembro. O Estúdio Fénix exhibe, na terça-feira, dia 30, nas sessões das 15 e 30 e das 21 e 30, o filme «Soldado Universal».

**Desporto em Faro**

«As tranquilas aventuras do diálogo» é a peça que a ACTA leva a cena, no Conservatório, hoje, às 16 horas e às 21 e 30. No fim-de-semana a actuação restringe-se ao horário nocturno. A Universidade do Algarve será palco, este domingo, pelas 15 horas, do seminário «A primavera marcelista e o equívoco da transição para a democracia». Os aficionados do basquetebol poderão deliciar-se, Domingo, dia 28, com o encontro, agendado para as 16 horas, no Pavilhão Farense, entre o SC Farense e ACD Ferrugado, da divisão B de juniores. A Festa do Azeite decorre, até à próxima Terça-feira, dia 30, no Faroshopping.

**Fantoches em Guimarães**

Hoje, a partir das 10 e 30, haverá teatro de fantoches no Posto de Animação de Leitura de Ronfe, com «O Alfaiate Fanfarrão», de Glória de Bastos. «Olhos nos Olhos» é o título genérico da conferência/debate que a Convívio – Associação Cultural e Recreativa Associação

promove, amanhã, pelas 22 horas, com Maria João Seixas. Um dia depois, às 23 horas, a Convívio acolhe uma sessão de esclarecimento sobre «Novas Tendências Musicais», que contará com a participação de DJ's convidados e projecção de vídeos. Até ao dia 28 encontra-se patente ao público, no Paço dos Duques de Bragança, a mostra de pintura, desenho e escultura intitulada «Imersão Parcial».

**Lusofonia em Lisboa**

Os amantes do idioma de Camões têm encontro marcado, hoje, amanhã e no sábado, no congresso «A Lusofonia a Haver», um evento que assinala o meio século de existência da Sociedade da Língua Portuguesa, a decorrer na Delegação do Instituto Português da Juventude de Lisboa. A partir de hoje e até domingo, dia 28, a Companhia Nacional de Bailado, apresenta-se no Teatro Nacional de São Carlos, com as estreias de Rui Lopes Graça e David Fielding. Amanhã debutam nas salas de cinema lisboetas as películas de Michael Hoffman, «Sonho de uma noite de Verão de William Shakespeare», e Kevin Williamson, «Teaching Mrs. Tingle». A festa de encerramento do Festival Internacional de Dança Contemporânea – «Danças na Cidade'99» promete fazer inesquecível o dia 30, depois da meia-noite.

**Concerto em Portimão**

O Salão Nobre da Câmara Municipal acolhe, este sábado, dia 27, pelas 21 e 30, um concerto a cargo do Septeto, um agrupamento musical constituído por dois violinos, uma viola, dois violoncelos, um contrabaixo e um piano.

SUGESTÃO

«SETE PECADOS CAPITAIS»

A Câmara Municipal de Cascais, a Fundação D. Luís I, com o apoio da Simetria, promove a IV edição do Ciclo de Cinema e Juventude, subordinado ao tema «Sete Pecados Capitais», no Auditório dos Bombeiros Voluntários dos Estoris, junto ao Hotel Paris, no Estoril, a partir de amanhã e até ao dia 2 de Dezembro.

No certame serão exibidos os filmes «Os Vampiros», de John Carpenter (amanhã); «Celebidades», de Woody Allen (sábado, 27); «Lolita», de Adrian Lyne (domingo, 28); «Crash», de David Cronenberg (dia 29); «O Advogado do Diabo», de Taylor Hackford (dia 30); «O Cozinheiro, o Ladrão, a Mulher e o Amante dela», de Peter Greenaway (1 de Dezembro) e «Fargo» de Joel e Ethan Coen (2 de Dezembro). A entrada para as exposições fílmicas é livre e as sessões começam, todas, às 22 horas.

Paralelamente ao IV Ciclo de Cinema de Cascais decorrerá uma Mostra de Cinema Português onde serão exibidas as películas «A Balada da Praia dos Cães», de José Fonseca e Costa (amanhã); «Fintar o Destino», de Fernando Vendrel (sábado); «Os Abismos da Meia Noite», de António Macedo (domingo); «Túneis da Realidade» e «Manual de Evasão», de Edgar Pêra, (segunda-feira); «O Fio do Horizonte», de Fernando Lopes (terça-feira); «Os Emissários de Khalôm», de António Macedo (quarta-feira) e «Inês de Portugal», de José Carlos de Oliveira, com entrada livre, a partir das 19 horas.

POEMA DA SEMANA  
Seleção de Carlos Carranca

Paulo Quintela

*Nada sabíamos da língua portuguesa e então sílaba a sílaba ele ensinou-nos a música secreta das vogais a cor das consoantes a ondulação o ritmo o marulhar das frases e o seu sabor a sal.*

*E também como pisar um palco como falar como calar e sobretudo como sair de cena e entrar no grande teatro deste mundo.*

*Porque tudo era proibido e ele nos disse que tudo pode ser ousado desde que se aprenda a entrar a tempo a colocar a voz e a não perder a alma.*

Manuel Alegre  
«Coimbra nunca vista»

Concerto  
ORQUESTRA GULBENKIAN  
Muhai Tang – maestro  
Truls Mork – violoncelo  
Dmitri Chostakovitch  
Richard Strauss  
Dia 25 – 21h00  
Dia 26 – 19h00  
Grande Auditório  
Fundação Calouste Gulbenkian  
Lisboa

Danças  
na Cidade  
Festival Internacional  
CELA DE OSSOS  
Marcelo Gabriel  
Companhia de Dança Burra - Brasil  
Dia 28 – 17h00  
Dias 29 e 30 – 22h00  
Sala de Ensaio  
Centro Cultural de Belém



## DOIS EPISÓDIOS EXEMPLARES !

**1.** A oposição parlamentar suscitou nos últimos dias um debate de urgência sobre a situação da Sociedade de Gestão - Porto 2001 - Capital Europeia da Cultura, na sequência da demissão do Presidente do respectivo conselho de gestão. Embrulhada numa aparente preocupação com o destino desta importante realização - O Porto 2001 - a iniciativa parlamentar o que verdadeiramente visava era, mais uma vez, o desgaste do Governo. Nunca vi o PSD preocupado com o Dr. Artur Santos Silva, nem o Dr. Artur Santos Silva, tanto quanto supenho, estará muito interessado e motivado pelas «preocupações» do PSD. O Dr. Artur Santos Silva é uma personalidade *incontornável* da vida política e cultural portuguesa e é uma figura *indispensável* em qualquer projecto de valorização do património urbano e cultural do Porto. Seja ou não seja, formalmente, Presidente do Conselho de Administração do Porto 2001! Na recente crise não esteve em causa uma disputa entre o Dr. Artur Santos Silva e o Ministro Carrilho, como quis o PSD. Aliás, se assim fosse, eu não teria dificuldades de escolha : *optaria pelo Dr. Artur San-*

*tos Silva.* O que esteve em causa foi o sucesso de um projecto de revalorização urbana e de afirmação cultural em que o país não pode perder. Subordinadas a este designio tem de estar todas as estratégias pessoais e partidárias. Foi isso, e só isso, que o PS compreendeu inteiramente e foi nesse, e só nesse contexto, que o Grupo Parlamentar se motivou. **2.** O segundo motivo de reflexão tem a ver com a reacção *exagerada e despropositada* da oposição a algumas declarações do Senhor Ministro do Ambiente sobre o processo de co-incineração. Aproveitando «a moda» instalada, três dos agrupamentos parlamentares, em corrida que não é obviamente inocente, reclamaram debates de urgência. Entretanto, a pronta disponibilidade do Senhor Ministro do Ambiente em comparecer na Comissão especializada na próxima terça-feira, colocará, provisoriamente, um ponto final na sede de protagonismo das oposições. Mas que disse de tão grave assim, o Senhor Ministro ? Afirmou, se bem o ouvi, que o processo de

co-incineração para o tratamento de resíduos industriais era o mais adequado para a economia e a estrutura produtiva nacional e complementarmente que a escolha dos locais físicos onde o processo se concretizaria respeitaria todos os compromissos assumidos oportunamente pelo Governo. Sendo assim, onde está o motivo para tanto alarido e preocupação ? Quer, afinal, reabrir-se a questão da co-incineração ? Mas se assim é, qual é a alternativa para o tratamento dos resíduos sólidos industriais portugueses ? Pode ignorar-se que o volume de tais resíduos cresce exponencial e imparavelmente e que, por consequência, tem de ser tratados ? E, sobretudo, onde está a razão para desconfiar de um Governo que teve a coragem e a eficácia para acabar com a generalidade das lixeiras a céu aberto substituindo-as por aterros sanitários claramente regularizadores do ambiente e do reordenamento do território ? Como se vê, tudo serve para desgastar e atacar o Governo. Embora fosse previsível, não deixa de ser preocupante.

«A posição de Guterres parece demarcar-se claramente do neoliberalismo de Tony Blair»  
**Philippe Marlière**  
*Diário de Notícias, 20 de Novembro*

«Contra o duo Blair-Brown, que cada vez mais autocaricaturiza o New Labour como o "partido do business», das classes médias e do livre comércio»  
**Idem, ibidem**

«O desemprego destrói indivíduos, desfaz famílias, provoca segregação social, conduz à delinquência»  
**Editorial**  
*Expresso, 20 de Novembro*

«O capitalismo é uma maneira de viver em que não se pensa em mais nada a não ser no dinheiro. É um mundo muito esquisito e desagradável onde as pessoas não querem fazer nada que seja bom, nem bonito, nem criativo, em que as pessoas não querem ajudar as outras»  
**Clara Pinto Correia**  
*Visão, 18 de Novembro*

«Os letrados têm sempre um pensamento mais rápido do que os analfabetos»  
**Alexandre Castro Caldas**  
*Visão, 18 de Novembro*



Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Localidade \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Localidade \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

**Ficha Técnica**

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director  
**Fernando de Sousa**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**

---

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo  
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz